

DESDOBRAMENTOS DA INSERÇÃO DO BRASIL REDEMOCRATIZADO NA AGENDA AMBIENTAL INTERNACIONAL¹

Derliz Hong Hung Moreno²

RESUMO

Meio século se passou desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972. Após duas décadas, ocorreu a histórica Rio-92, cujo contexto modificaria a inserção do Brasil recém-redemocratizado na agenda ambiental internacional. Responsável pelos discursos iniciais na Assembleia Geral das Nações Unidas (AG/NU), o país ocupa um espaço de ampla visibilidade no exercício da diplomacia. Considerando, o recorte temporal de 1985 a 2021, o presente trabalho tem o propósito de analisar as mudanças de posicionamentos sobre meio ambiente nos discursos presidenciais na tribuna da AG/NU, desde José Sarney de Araújo Costa, o primeiro presidente no período pós-Ditadura Civil-Militar, à Jair Messias Bolsonaro. Descreveram-se os cenários de cada momento entorno das falas presidenciais e, oportunamente, as informações apresentadas foram complementadas ou refutadas. Por conseguinte, houve a convergência entre produções científicas e jornalísticas acerca dos fenômenos abarcados nesta investigação. Sem possuir um instrumento legal que estabeleça as instruções para a política externa, o Estado brasileiro defendeu diversas perspectivas no tocante à pauta ambiental, buscando uma projeção imagética com finalidade de trocas no plano internacional. Frente à promulgação da vigente Constituição em 1988 e ao advento da Rio-92, o Governo Federal assumiu o protagonismo nesta agenda, implementando e fomentando políticas públicas e cooperando com as demais nações. Observou-se que, por vezes, a justiça social e econômica superabundou nos discursos, enquanto a conservação da biodiversidade foi predominantemente ofuscada. Sem embargo, imerso na crise da democracia liberal desde 2013, o país atualmente vivencia desmontes nas institucionalidades ambientais e demais políticas frutificadas durante décadas de reivindicações da sociedade. Na contramão das diplomacias anteriores, a gestão presidencial de Bolsonaro optou pelo confronto e negacionismo científico, em detrimento de manter a consolidada reputação frente aos demais chefes de Estado. Geraram-se, portanto, diversos retrocessos no âmbito interno e perdas nas relações diplomáticas. **Palavras-Chave:** Relações Internacionais; Agenda Ambiental Internacional; Brasil.

ABSTRACT

Half a century has passed since the United Nations Conference on the Human Environment, held in 1972. Two decades later, the historic Rio-92 took place, whose context would change the insertion of the newly redemocratised Brazil on the global environmental agenda. In charge of the first speeches at the United Nations General Assembly (UNGA), the country occupies a highly visible space by exercising its public diplomacy. Considering the time frame of 1985 to 2021, this paper aims to analyse the view changes on the environmental issue in presidential speeches at the UNGA rostrum, since José Sarney de Araújo Costa, the first president in the post-Civil-Military Dictatorship period, to Jair Messias Bolsonaro. The context of each moment surrounding the presidential speeches were described and, in due course, the information presented was complemented or refuted. Therefore, there was a convergence between scientific and journalistic productions about the phenomena covered in this investigation. Without a legal instrument that establishes the instructions for foreign policy, the Brazilian State defended several perspectives regarding the environmental agenda, seeking an image projection with the purpose of getting switches on the international level. Along with the the current Constitution's promulgation in 1988 and the advent of Rio-92, the Federal Government assumed a leadership role in this agenda, by implementing and promoting public policies and cooperating with other nations. It was often observed that social and economic justice overflowed in the speeches, while the biodiversity conservation was predominantly overshadowed. However, immersed in the crisis of liberal democracy since 2013, the country is currently experiencing the environmental institutionalities dismantling, as well as other public policies that were established over decades. On the opposite of previous diplomacies, Bolsonaro's presidential administration opted for confrontation and scientific denial, at the expense of maintaining the consolidated reputation *vis-à-vis* other heads of state. Therefore, several setbacks were generated in the country and there were losses in diplomatic relations.

Keywords: International Relations; Global Environmental Agenda; Brazil.

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

² Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento e pós-graduando em Relações Internacionais Contemporâneas pela UNILA, pós-graduando em Gestão Sustentável e Meio Ambiente, especialista em Gestão Estratégica de *Marketing* e bacharel em Jornalismo. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *E-mail:* derlizmoreno@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Buscando definir e concretizar intervenções unilaterais e conjuntas para a recuperação do equilíbrio ecológico no planeta Terra, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) dialogam desde 1972 sobre a questão ambiental. Realizada em período de ordem mundial bipolar configurada pela Guerra Fria (1947-1991), em Estocolmo (Suécia), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano instituiu a agenda internacional para o meio ambiente, compreendida por uma série de tratativas e outros eventos decisivos para a pauta, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Ocorrida duas décadas depois, já em uma ordem multipolar, a também denominada Conferência do Rio de Janeiro, Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92, a reunião foi um marco para as relações internacionais e para a nação-anfitriã: o Brasil.

Em conjuntura interna, o país vivenciava a redemocratização após a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), enquanto o mundo transicionava de uma ordem bipolar para uma ordem mundial multipolar no período pós-Guerra Fria. Anteriormente, o Governo Federal era orientado pelo nacional-desenvolvimentismo, o qual priorizava o crescimento econômico a partir da industrialização e de obras de infraestrutura. Fenômenos observados no entorno da Rio-92 fomentaram políticas públicas ambientais nas três esferas da Federação e foram *conditio sine qua non* para a mudança na inserção do Estado brasileiro na seara ambiental internacional. Contudo, ao fim da terceira década pós-Rio-92, houve enfraquecimento destas políticas públicas e mudanças no posicionamento da diplomacia brasileira.

No âmbito das relações internacionais, em agradecimento ao diplomata Oswaldo Euclides de Sousa Aranha na constituição da ONU, fundada em 24 de outubro de 1945, o Brasil é tradicionalmente o país que profere o discurso inicial nas Sessões Ordinárias da Assembleia Geral das Nações Unidas (AG/NU). Aranha presidiu a I Sessão Especial da AG/NU, em 31 de outubro de 1956, e a XII Sessão Ordinária do encontro, em 19 de setembro de 1957. Ocorrida no Methodist Central Hall, em Londres (Reino Unido), em 10 de janeiro de 1946, a I Sessão Ordinária da AG/NU teve como orador brasileiro o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas. Os presidentes passaram a discursar naquele espaço somente desde 1982, a partir do discurso vanguarda de João Baptista de Oliveira Figueiredo (15/3/1979-15/3/1985) — o último chefe de Estado do Regime Civil-Militar (CORRÊA, 2007; LIMA, ALMEIDA e FARIAS, 2017). As falas presidenciais são, por conseguinte, fontes fundamentais para compreender os posicionamentos de cada governo sobre os temas mais debatidos na ONU em cada período e quais as pautas priorizadas por cada governo.

Isto posto, o trabalho em tela busca analisar as mudanças de posicionamento sobre meio ambiente na AG/NU das sucessivas gestões presidenciais do Brasil redemocratizado, com exceção de Itamar Augusto Cautiero Franco (29/12/1992-1/1/1995), o único a não fazer pronunciamento neste espaço. Tem-se, portanto, enquanto focos de análise os discursos presidenciais de José Sarney de Araújo Costa (15/3/1985-15/3/1990), Fernando Affonso Collor de Mello (15/3/1990-29/12/1992), Fernando Henrique Cardoso (1/1/1995-1/1/2003), Luiz Inácio Lula da Silva (1/1/2003-1/1/2011), Dilma Vana Rousseff (1/1/2011-31/8/2016), Michel Miguel Elias Temer Lulia (31/8/2016-1/1/2019) e Jair Messias Bolsonaro, no poder desde 1º de janeiro de 2019. Para tratar a temática, foram selecionados os fatos mais importantes para esta pesquisa

exploratória, mencionando-se brevemente os contextos políticos e geopolíticos no entorno de cada AG/NU e, por ser crucial ater-se à primazia da realidade, citaram-se dados que refutam narrativas falaciosas.

Para fins de contextualização, ainda foram descritos fatos relevantes relacionados às principais conferências da ONU para a questão ambiental: a Rio-92, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS/Rio+10), realizada em 2002, e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS/Rio+20), realizada em 2012. Ressalte-se que, por não haver um documento público que conduza a atuação do Governo Federal do Brasil na agenda ambiental internacional, os fenômenos a seguir foram investigados de forma desvinculada do conceito de política externa. Houve consulta a produções científicas e matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação, possibilitando a convergência de diversas perspectivas sobre o tema em tela. Foram desenvolvidos cinco eixos principais, partindo-se de uma breve análise do Governo Federal do Brasil na agenda ambiental internacional no recorte histórico de 1972 a 1991, abordando O Brasil no Período 'Estocolmo+20'. Na sequência, o artigo se debruça nos seguintes itens: O Brasil da Rio-92 em Diante; O Brasil a Partir da Rio+10 ou 'Estocolmo+30'; Rio+20 e as Controvérsias na Política Internacional; e O Brasil Rumo ao Período 'Rio+30' ou 'Estocolmo+50'.

O BRASIL NO PERÍODO 'ESTOCOLMO+20'

Foi precisamente em 3 de dezembro de 1968, durante a XXIII Sessão da Assembleia Geral da ONU (AG/NU), via "Resolução 2.398", que foi convocada a precursora Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, a qual viria a ser realizada de 5 a 16 de junho de 1972, em Estocolmo. A AG/NU é, "de fato e de direito", conforme Sardenberg (2013, p. 52), "o órgão plenário das Nações Unidas, onde todos os seus Estados-membros têm representação permanente e a exercem, por meio do voto individual e unitário, sem recurso a veto". Uma questão *sine qua non* na década de 1970, no Oriente e no Ocidente, como expõe Hobsbawm (1995, p. 408), foi a defesa do meio ambiente, "fosse a questão a defesa das baleias ou a preservação do lago Baikal na Sibéria". Válidos até o presente e mesmo sem vinculação pelo Direito Internacional, os princípios da "Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano" constituem, conforme Paixão, Batmanian e Assis (1986, p. 593), "um código fundamental de comportamento ambiental", a despeito do cunho antropocêntrico (BRZEZINSKI, 2008, p. 80).

Haja vista que este marco histórico influenciou a opinião pública sensibilizando e ampliando a compreensão sobre a problemática socioambiental, segundo Paixão, Batmanian e Assis (1986, p. 592), o evento desencadeou uma série de ações no mundo, "promulgando em quase todos os países legislação ambiental e muitos incorporaram às suas Constituições disposições para proteger o meio ambiente," a exemplo do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA), principal agente para a causa. Constituído como parte da AG/NU, o órgão é sediado em Nairóbi, no Quênia.

Países latino-americanos como o Brasil passavam pelo período de Estados "burocráticos-autoritários" (O'DONNELL, 1996, 1975 e 1978), com sangrentas ditaduras civis-militares. O Estado brasileiro deu continuidade aos projetos nacionais-desenvolvimentistas (BRESSER-PEREIRA, 2016) da era anterior, operacionalizando obras monumentais de infraestrutura urbana e intensificando a industrialização por

substituição de importações, o que resultou no "milagre econômico" às custas de uma enorme e nociva dívida externa para as décadas posteriores. Apesar da paralela popularidade da Bossa Nova e do tricampeonato de futebol, no entanto, conforme resgata Lago (2013, p. 30-68), a imagem do país no exterior era desfavorável. Sobrepuja-se a imagem de um país não democrático, cujo regime civil-militar iniciado em 1964 atuou com descaso diante do descontrolado crescimento demográfico, dos altos índices de crimes ambientais e contra os direitos humanos, tendo contado desfavoravelmente as "fortes tendências nacionalistas e ambições de domínio da tecnologia nuclear".

Quanto às recentes negociações internacionais para a sustentabilidade ambiental, Lisboa (2013, p. 84) apresenta que a diplomacia passou a ser descentralizada, envolvendo a atuação não apenas do Estado, mas também do mercado e da sociedade civil. Cada ator possui seus respectivos espaços na ONU, contudo, órgãos estatais permanecem enquanto principais agentes nas negociações em âmbito internacional, sendo também "os únicos com efetivo poder de voz e voto nas instituições internacionais governamentais".

NOVO CICLO BRASILEIRO NA AGENDA AMBIENTAL INTERNACIONAL

A XXXVII Assembleia Geral das Nações Unidas ocorrida em 27 de setembro de 1982 fundou a participação de chefes de Estado brasileiro no evento, com o pioneirismo do presidente militar João Figueiredo, que discursou somente naquela ocasião, sem menção à pauta ambiental (ALIUS, 1982, p. 7; BRASIL, 1982, p. 1; CORRÊA, 2007, p. 402; FIGUEIREDO, 2007, p. 405-416). Os discursos presidenciais neste espaço "são uma grande oportunidade para um país vender ao mundo suas prioridades internas e externas, as credenciais para assumir posições de protagonismo internacional e se defender de ataques, se estiver no centro de alguma polêmica" (PASSARINHO, 2019).

Ressalte-se que o Brasil tem a tradição de proferir o discurso-ponto de partida para os diálogos na AG/NU e, "até 1982, chanceleres e embaixadores brasileiros foram os responsáveis pelos discursos de abertura na ONU", com poucas participações dos presidentes (MARCHAO, 2019; BARRUCHO, 2019). Sarney e Collor, como é possível observar ao longo deste artigo, foram oradores em duas ocasiões, Franco nenhuma, Cardoso uma vez, Lula em seis encontros, Rouseff cinco vezes, Temer três vezes e Bolsonaro três vezes desde que ascendeu ao poder, em 1º de janeiro de 2019. Diferente dos demais, os três últimos participaram de todas as ocasiões realizadas durante suas gestões. Haja vista que este trabalho foi concluído em 2021, foram contemplados apenas os discursos proferidos pelas autoridades do Estado brasileiro até o referido ano.

Já em período de redemocratização do Brasil, iniciado em 1985, o civil José Sarney³, primeiro chefe de Estado depois do fim da Ditadura Civil-Militar, discursou na XL e na XLIV Sessão Ordinária da AG/NU, realizadas em 1985 e em 1989, respectivamente. A superação do autoritarismo e a recuperação dos setores políticos e institucionais, conforme Corrêa (2007, p. 441-443) "forneceria a linha inicial de atuação da diplomacia brasileira". Possibilitou-se a superação da desconfiança gerada pelas

³ O Governo Sarney se moveria entre as linhas-mestras da reforma política e do ajuste econômico, do qual o "Plano Cruzado", que seria lançado, com grande êxito, em 1986, se tornaria o principal veículo. Essas duas linhas-mestras condicionariam a reinserção do Brasil no cenário internacional e as relações do Brasil com os seus principais parceiros (CORRÊA, 2007, p. 441).

décadas anteriores e o desimpedimento de "alguns canais de comunicação que, apesar da retórica de aproximação utilizada pelos governos imediatamente anteriores, efetivamente existiam, tanto com o mundo desenvolvido, quanto com o mundo em desenvolvimento". Este foi o início da era dos Estados sul-americanos "neoliberais" (BANDEIRA, 2002), os quais, naquela "década perdida" se propunham a transpor suas crises de dívida externa privatizando empresas estatais, desregulamentando a economia e promovendo unilateralmente a liberalização do comércio exterior (GRAY, 1999).

Ressalta-se que Sarney, que seria vice-presidente, assumiu inesperadamente a presidência da República em função do falecimento de Tancredo de Almeida Neves, em 21 de abril de 1985. No âmbito externo, havia constantes "constrangimentos e restrições, por espaços que se fechavam, quer em função da crise e da desmobilização do mundo em desenvolvimento, quer pelo controle exercido pelos países desenvolvidos sobre a agenda internacional" (CORRÊA, 2007, p. 441-443). Intitulado "O Sentimento do Mundo", o discurso proferido pelo presidente na XL AG/NU, em 23 de setembro de 1985, afirmou que o país estava reconciliado e que orientaria seu governo a partir da filosofia do liberalismo político que beneficiaria a questão social. Ao se referir à política externa brasileira, o presidente recuperaria significativamente a qualificação de "independente" (SARNEY, 2007a, p. 445-459). Sarney enfatizou a enorme dívida externa de países latino-americanos, os quais enfrentavam "um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência". Neste sentido, o peso da dívida estava impondo uma política econômica que propiciasse saldos comerciais para quitar os juros. Finalizando o discurso, apesar de não ter feito menção direta à questão ambiental, Sarney manifestou a necessidade de um urgente plano de pacificação para a erradicação da fome, declarando que "a humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome, o que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos". Quanto ao Brasil, o presidente afirmou que o país "vive o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome". Segundo o chefe de Estado, a nação estava disposta a cooperar entusiasmadamente com uma mobilização advinda da comunidade internacional com a finalidade de "eliminar esse flagelo antes do fim do século. Esse desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade" (SARNEY, 2007a, p. 458).

Promulgou-se, em 5 de outubro de 1988, a atual Constituição da República Federativa do Brasil. Como observa Figueira (2011, p. 67-88), no recorte temporal de 1988 a 2007, o Poder Legislativo teve uma crescente participação na política externa, ainda que com pouco protagonismo. O processo de tomada de decisão neste âmbito também "está centrado significativamente nas "mãos" do Poder Executivo, uma vez que o padrão decisório de relação entre os poderes na área ainda não foi alterado". Embora iniciativas da Casa de Leis tenham sido propostas, a maior parte delas neste âmbito foi arquivada.

A vigente lei suprema inclui o meio ambiente no Capítulo VI do "Título VIII - Da Ordem Social". No Artigo 225, afirma-se — ainda que com "nítida carga antropocêntrica", como explica Amado (2014, p. 35) — o direito de todos "ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2016, p. 131). Neste sentido, "entende-se que o novo ordenamento constitucional brasileiro adotou o antropocentrismo, mitigado por doses de biocentrismo e de ecocentrismo" (AMADO, 2014, p. 35).

Via "Resolução Nº 43/196", em 9 de dezembro de 1988, a Assembleia Geral das Nações Unidas propôs a realização do que viria a ser a Rio-92⁴. Apesar de nos anos setenta o Brasil ter vivenciado o milagre econômico, a década seguinte foi de queda nas taxas de crescimento econômico — momento que o direcionamento do Brasil começou a mudar e a abranger a questão ambiental. Pressões econômicas e comerciais sobre a nação, confluíram, especialmente, a partir deste ano, com pujantes demandas na seara ambiental (CORRÊA, 2007, p. 501). A imagem do país no exterior estava comprometida devido aos intensos desmatamentos, sendo o principal foco de incêndios a Amazônia. Frente a esta realidade, constituiu-se na Europa Ocidental e nos EUA uma forte mobilização contra a ação do Estado brasileiro na floresta amazônica.

Outro fator de intensificação do engajamento do Estado brasileiro na agenda ambiental internacional, conforme Miyamoto (2011, p. 13), foi a comoção gerada pelo assassinato do ambientalista e seringueiro Francisco Alves Mendes Filhon (Chico Mendes). Junto às imagens de devastação florestal, por garimpos e queimadas, de acordo com Corrêa (2007, p. 501-502), o fato excitou "a imaginação da opinião pública mundial, especialmente nos países desenvolvidos". A partir de então, o país que se recusava a responder os questionamentos da comunidade internacional acerca das pautas de interesse global começou a aderir à agenda ambiental internacional e instituiu políticas públicas para a proteção do meio ambiente.

Já ao fim de seu mandato, o presidente brasileiro discursou na XLIV Sessão Ordinária da AG/NU, em 25 de setembro de 1989, quando ressaltou "a apreciação favorável da evolução da conjuntura internacional, sem deixar de assinalar a persistência de graves problemas irresolvidos no Oriente Médio, na África do Sul e no Timor Leste" (CORRÊA, 2007, p. 502). O pronunciamento ainda foi enfático na dramatização da crise na América Latina, com prejuízos ao desenvolvimento socioeconômico, em contraposição aos logros na democracia e nas liberdades públicas. Quanto ao meio ambiente, Corrêa (2007, p. 503) pontua que Sarney tratou a pauta sob duas óticas: de proteção à soberania nacional e de disponibilidade à cooperação, simbolizada pela sugestão da cidade do Rio de Janeiro para a realização do encontro previsto para 1992.

⁴ Lago (2013, p. 88-99) relata que o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE, também chamado de Itamaraty), foi quem tomou iniciativa de sugerir ao presidente que o Brasil se pusesse à disposição para receber o evento. Pautado na "avaliação de que, politicamente e em matéria de imagem, o País tinha mais a ganhar do que a perder ao tomar essa decisão que representava altos riscos", Sarney acatou a ideia e solicitou que o embaixador Paulo Nogueira Batista Júnior formalizasse a proposta brasileira na Assembleia Geral da ONU. O gesto, segundo Lafer (2017, p. A2), indicava que o Brasil estava disposto a construir uma cooperação em âmbito internacional de forma condizente aos "objetivos e valores da [recém-promulgada] Constituição de 1988", demonstrando disposição para proteger as áreas naturais de seu território e demonstrando interesse em desenvolver a economia a partir de tecnologias sustentáveis. Igualmente, Corrêa (2007, p. 502) constata que, "com esse oferecimento, a diplomacia brasileira evoluiu de uma postura defensiva para uma posição aberta e transitiva, adquirindo o Brasil credenciais de interlocutor essencial no encaminhamento multilateral das questões ambientais".

Primeiramente, o chefe de Estado declarou que os maiores responsáveis pela poluição ambiental são os países industrializados e que, por conseguinte, as nações em desenvolvimento "não podem aceitar, como base para um novo relacionamento internacional, um conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável que confira apenas a eles a tarefa de assegurar o equilíbrio ecológico do planeta" (SARNEY, 2007b, p. 511).

Na fala, o presidente deixou claro que a disposição do Brasil para sediar a Rio-92 reflete a relevância atribuída à causa ambiental e a disposição do Governo Federal de incidir serena e abertamente sobre ela (SARNEY, 2007b, p. 511). Ciente da situação de sua "exuberante, rica e extraordinária natureza", conforme o presidente, o Brasil não abdicaria de proteger as florestas e toda a biodiversidade, as quais foram definidas como patrimônio e riqueza do território. O orador afirmou: "Se o mundo hoje pode voltar suas vistas para a Amazônia é porque os brasileiros souberam conservá-la até agora e o farão para o futuro". Também foi dito que a nação estava disposta, como sempre estivera, a cooperar nesta direção, desde que não houvesse imposições que atingissem a soberania.

Por fim, no que tange à pauta ambiental, Sarney divulgou resultados obtidos a partir do Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal ou Programa Nossa Natureza⁵, criado por meio do "Decreto Nº 96.944, de 12 de Outubro de 1988". Mencionaram-se a diminuição das queimadas em aproximadamente 40% em um único ano, a proibição da exportação de madeiras em tora, a retirada de incentivos a projetos predatórios e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dada por meio da "Lei Nº 7.735, de 22 de Fevereiro de 1989".

Dezenas de órgãos em amplo projeto de proteção ecológica, segundo o presidente, foram reunidos por meio da entidade e, naquele momento, oito milhões de hectares estavam "sob o regime de preservação permanente. Cerca de 10 por cento do território nacional estão destinados às populações indígenas, que reúnem 200 mil índios" (SARNEY, 2007b, p. 512). Com a "Resolução Nº 44/228", a AG/NU do ano subsequente, em 22 de dezembro de 1989, selecionou o Brasil para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (LAGO, 2007, p. 52; 67).

O BRASIL DA RIO-92 EM DIANTE

Elevado à presidência a partir da primeira eleição direta após a Ditadura Civil-Militar, Fernando Collor iniciou a gestão em 15 de março de 1990, em um ambiente político muito favorável, na qual a sociedade estava com expectativa positiva em relação ao plano de combate à inflação, apesar de seus aspectos questionáveis (CORRÊA, 2007, p. 517). Referente ao plano externo, a modernização serviu de "alavanca para uma série de alterações de rumo destinadas a transpor a atuação diplomática brasileira da vertente dos países em desenvolvimento para uma busca de compatibilização com os países desenvolvidos".

Neste clima otimista, na XLV Sessão Ordinária da AG/NU, em 24 de setembro de 1990, conforme Corrêa (2007, p. 518), o discurso presidencial denotou uma "visão

⁵ Apesar dos êxitos iniciais do programa "Nossa Natureza" e do apoio obtido junto aos países amazônicos na reunião de cúpula celebrada em Manaus sob o marco do Tratado de Cooperação Amazônica, acentuaram-se ao longo do ano os constrangimentos no campo do meio ambiente, obrigando o Governo brasileiro a exaustivas campanhas de esclarecimento (CORRÊA, 2007, p. 502).

voluntarista e triunfalista do Brasil e da realidade intencional", a qual se soma ao processo rumo a uma nova estrutura no plano internacional, capaz de transpassar o antigo conceito de poder (COLLOR, 2007a, p. 522). De acordo com a observação de Corrêa, as palavras de Collor enunciaram três aspectos de inovação da atuação da diplomacia brasileira, a saber: I. "A modificação da postura em relação ao Tratado de Tlatelolco [Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e o Caribe]"; II. "Uma postura mais transitiva em matéria de cooperação internacional para a preservação do meio-ambiente [sic]"; e III. "Uma atitude positiva em relação à cooperação internacional em matéria de direitos humanos".

NA CONTAGEM REGRESSIVA PARA A RIO-92

Significativas transformações estruturais no âmbito internacional ocorreram no ano que precedeu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, desde os efeitos da Guerra do Golfo Pérsico, de 17 de janeiro de 1991 a 28 de fevereiro de 1991, até a formal dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 26 de dezembro de 1991. Finda a Guerra Fria (HOBBSAWM, 1995 p. 223-252), a ordem mundial passou de bipolar para multipolar (KISSINGER, 2015). De acordo com Corrêa (2007, p. 531), a preeminência estratégica e militar dos EUA era matizada pela "crescente fragilidade econômica e financeira e em que a pulverização de poder no plano global conduz à regionalização e, em certos casos, ao agravamento de conflitos" (CORRÊA, 2007, p. 531).

Contudo, no plano interno, os acontecimentos se projetavam desfavoravelmente a partir das primeiras denúncias de corrupção e de instabilidade no plano político, o que conduziu ao *impeachment* de Collor em 30 de dezembro de 1992 (CORRÊA, 2007, p. 531-532). Apesar de a diplomacia brasileira ter estado em um período frutífero, a economia após o fracassado Plano Collor se deteriorava. Principalmente com a nomeação do embaixador Marcílio Marques Moreira para comandar o Ministério da Fazenda, houve esforços governamentais visando a recuperação das relações com a comunidade financeira internacional e de retomada da prática da ortodoxia na política econômica. No entanto, o retorno da inflação desestabilizou o sistema. Mergulhado neste contexto, segundo Corrêa (2007, p. 532-533), Collor foi mais cauteloso ao se pronunciar na abertura da XLVI Sessão Ordinária da AG/NU, realizada em 23 de setembro de 1991.

Desta vez, "aos elementos positivos surgidos com a evolução da conjuntura internacional, viriam a somar-se alguns aspectos de crescente preocupação". A fala proferida ainda serviu para que o chefe de Estado expusesse seu programa de modernização, fazendo apologia ao social-liberalismo, sendo um "discurso predominantemente conceitual em que se retomam os temas tradicionais da diplomacia brasileira: desenvolvimento e paz". No que se refere aos preparativos para a Rio-92, o presidente dedicou expressiva parte do discurso à questão ambiental, cunhando também a frase que seria muito mencionada no vindouro evento por sintetizar a convergência entre proteção do meio ambiente e desenvolvimento: "Não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto" (COLLOR, 2007b, p. 542).

Um mês antes da Rio-92, durante um encontro do Comitê de Negociação Intergovernamental (INC, do inglês *Intergovernmental Negotiating Committee*), ocorrido na sede da ONU de 30 de abril a 9 de maio de 1992, foi produzida a

"Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima" (CQNUMC ou UNFCCC, do inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change*). Adotada no último dia do evento, o texto foi posto para assinatura a partir do segundo dia da Rio-92, realizada de 3 a 14 de junho de 1992. Propondo ser um instrumento de controle da quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera, a CQNUMC é o maior regime ambiental ainda em percurso (SILVA, 2012, p. 118; 120).

Fundamentaram-se as medidas a serem tomadas no princípio de "responsabilidades comuns mas diferenciadas" (BRASIL, 2014, p. 3; 6-7). Houve, portanto, "distinção entre países desenvolvidos ou com alto nível de emissões, agrupados no chamado Anexo I, e países em desenvolvimento com baixo nível de emissões, não pertencentes ao Anexo I" (SILVA, 2012, p. 130; 129-135). No entanto, todas as nações signatárias tinham a responsabilidade de construir inventários nacionais sobre emissões de carbono na atmosfera. As dimensões econômicas dos "mecanismos de implementação conjunta do regime de mudança climática vêm produzindo opiniões divergentes, desde a total oposição até o favorecimento de implementação imediata". Desde então, "o Brasil se projeta no cenário internacional de maneira pró-ativa em busca de liderança nas negociações ambientais internacionais".

Como complementam Aguiar, Mattos e Cardoso (2015, p. 160), paulatinamente, o país foi se desvinculando do discurso radical de soberania para um posicionamento de maior cooperação. Lisboa (2013, p. 84) acrescenta que o Governo Federal do Brasil ainda transformou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em Ministério, a partir do Artigo 21 da "Lei N° 8.490, de 19 de Novembro de 1992" — sancionado por Franco, ainda vice de Collor, no exercício do cargo de presidente. Vinculado ao Ministério do Interior, o órgão foi criado pelo "Decreto N° 73.030, de 30 de Outubro de 1973", na gestão presidencial de Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969-15/3/1974).

A HISTÓRICA E DECISIVA RIO-92

Em âmbito diplomático, como analisa Almeida (2020, p. 122), no decorrer da última década do século XX, sobretudo pelo advento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a reputação do Brasil obteve significativa melhora no plano internacional, sendo o período de maior destaque o início do século XXI. O encontro foi responsável por inverter "a má imagem prevalecente no período anterior em decorrência do desmatamento amazônico e de outras graves deficiências em matéria de direitos humanos ou tratamento de minorias". Lago (2013, p. 69; 158) ressalta que, até aquele momento, a Rio-92 foi o maior evento das Nações Unidas, tendo ocorrido na confluência de maduros processos multilaterais em contexto político paralelo ao fim da Guerra Fria e com o assentamento do liberalismo econômico. Estiveram presentes, conforme Lafer (2017, p. A2), 102 chefes de Estado ou de governo, delegações de 186 países, 16 agências especializadas, 35 organizações governamentais e 1800 organizações não governamentais (ONGs).

Reafirmando a Declaração de Estocolmo e contendo 27 princípios, a "Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" não possui natureza jurídica de tratado internacional, porém, dispõe de autoridade ética local e mundialmente (AMADO, 2014, p. 27; 828). No Princípio 7, o texto final da Rio-92 também incluiu as "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" dos Estados, "considerando as

distintas contribuições para a degradação ambiental global" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 155).

Sob o ponto de vista de Aguiar, Mattos e Cardoso (2015, p. 160), desde a Cúpula da Terra, "o conceito de soberania adquiriu um tom de maior responsabilidade dentro de um projeto que incorpora a nova abordagem de desenvolvimento sustentável". Conquanto, o conceito não implica em incompatibilidade com o processo de expansão planetária do capitalismo, haja vista que, para alguns, "a preocupação com o meio ambiente é uma das consequências da globalização". Inúmeros aspectos, ainda de acordo com o autor, evidenciam as dificuldades para esta confluência, abrangendo, por exemplo, a incompatibilidade entre expansão das empresas transnacionais e mudança em padrões de produção e de consumo. Apesar dos êxitos do evento, Lago (2013, p. 113-114) observa que, em razão do predomínio do processo de globalização, o desenvolvimento sustentável não serviu de base a um paradigma cooperativo entre os países.

O MEIO AMBIENTE NA ERA FHC

De acordo com Cervo (2003, p. 18), a era Cardoso (1995-2003) apresentou ausência de projeto de desenvolvimento e não havia recursos, o que estagnou a economia e pôs fim ao ciclo de seis décadas de desenvolvimento. Todavia, no mesmo período, foram registradas altas taxas de crescimentos nos países desenvolvidos. Ainda segundo análise do autor, o presidente "ofereceu o espetáculo da dança dos paradigmas: o desenvolvimentista, que agonizava mas não morria, o normal, que emergia de forma prevaiente, e o logístico, que se ensaiava ao mesmo tempo".

Em 11 de setembro de 2001, Nova Iorque vivenciou o atentado às Torres Gêmeas do complexo World Trade Center (WTC) [NATION, 2001, p. A1; A12; UM PAÍS, 2001, p. A4.]. O cenário de combate ao terror também era de incertezas, tendo em vista as quedas em Wall Street e na Nasdaq (sigla para National Association of Securities Dealers Automated Quotations), prenunciando uma possível recessão global (CORRÊA, 2007, p. 677). Dois meses depois, em 10 de novembro de 2001, a cidade-alvo do ataque receberia representantes dos Estados-membros da ONU para a LVI Sessão Ordinária da AG/NU, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso se pronunciou no encontro pela primeira e única vez em oito anos de mandato. Segundo constatam Mac e Alves (2020), as palavras mais utilizadas no pronunciamento foram: I. Desenvolvimento, com dez menções; II. Países e globalização, com nove; e III. Terrorismo, com oito.

No discurso, como analisa Corrêa (2007, p. 678), Cardoso "recordou a reação do Brasil, a solidariedade que expressara de imediato ao Presidente George [Walker] Bush, nossa veemente condenação ao terrorismo e nossa proposta de convocação do órgão de consulta do TIAR [Tratado Interamericano de Assistência Recíproca]". O chefe de Estado brasileiro ainda foi enfático ao afirmar: "Há coisas que são óbvias, mas que merecem ser repetidas: a luta contra o terrorismo não é, nem pode ser, um embate entre civilizações, menos ainda entre religiões" (CARDOSO, 2007, p. 682). Cardoso traçou um paralelo entre os grandes temas do momento (contrabando de armas, lavagem de dinheiro, narcotráfico e terrorismo) e se debruçou enfaticamente sobre o desenvolvimento. Sem relacionar terrorismo a condições de pobreza, conforme Corrêa (2007, p. 678), a fala "insistiu na importância de suprir as deficiências do processo de

globalização e eliminar os déficits de governança e democracia prevalentes no mundo".

Uma pequena parte do discurso tratou a pauta ambiental. FHC declarou: "A proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são também desafios inadiáveis de nosso tempo. A marcha das alterações climáticas é um fato cientificamente estabelecido, mas não é inexorável" (CARDOSO, 2007, p. 685). Em seguida, o presidente observou que o futuro dependia das ações tomadas naquele período, sobretudo, quanto ao "Protocolo de Kyoto" e informou que iria encaminhar mensagem ao Congresso Nacional para agilizar a ratificação do documento⁶. O chefe de Estado também saudou o sucesso da COP 7 da CQNUMC, ocorrida de 29 de outubro a 10 de novembro de 2001, em Marrakesh (Marrocos). Segundo Cardoso, o evento constituiu um "passo decisivo para o controle e futura reversão do aquecimento da atmosfera".

O BRASIL A PARTIR DA RIO+10 OU 'ESTOCOLMO+30'

Com a presença de chefes de Estado e de governo e atores não estatais, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável foi sediada em Johannesburg, na África do Sul, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002. Propôs-se, por meio deste evento, avaliar o progresso do desenvolvimento sustentável desdobrado da "Agenda 21" implementada pelos países-membros da ONU. Inegáveis progressos visando o equilíbrio ecológico planetário, conforme observa Lago (2013, p. 117), aconteceram em campos científicos, na tecnologia e no setor privado, "ao mesmo tempo em que, na maioria dos países, se fortaleceu a legislação ambiental e cresceram a informação e a participação da sociedade civil". Não obstante, um mês antes da Rio+10, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, observou que "o registro da década desde a Cúpula da Terra é em grande parte uma demonstração de um progresso penosamente lento e de uma crise ambiental global que se aprofunda" (WORLD, 2002, p. 22, tradução nossa, *apud* LAGO, 2007, p. 87).

Segundo Lago (2013, p. 135-136), da Rio-92 à Rio+10, o posicionamento do Brasil em relação ao meio ambiente mudou drasticamente. Mesmo com "dificuldades econômicas, com toda a desigualdade e injustiça e com todos os abusos contra o meio ambiente", foi possível enviar a Johannesburg uma delegação composta por 230 pessoas, dentre as quais 170 eram membros de ONGs. Em depoimento ao autor citado, o representante especial do chefe de Estado para a participação da sociedade brasileira no encontro, Fábio José Feldmann, também secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, afirmou que, pela primeira vez nas três conferências ambientais da ONU, o país "chegou de cabeça erguida".

Independentemente do não atendimento às expectativas globais, de acordo com Aguiar, Mattos e Cardoso (2015, p. 160), "pode-se perceber uma postura mais proativa do Brasil, assim como um maior engajamento no que se refere à obtenção de ganhos reais para a nação". Sob o ponto de vista de Lago (2013, p. 137), o maior legado deste momento foi, proficuamente, o fortalecimento da sociedade civil. Naquela época, o Brasil acabara de vivenciar o *impeachment* de Collor, o lançamento do Plano Real por

⁶ O Congresso Nacional aprovou o texto via "Decreto Legislativo Nº 144, [de 20 de junho] de 2002" e o Governo Federal ratificou o tratado em 23 de agosto de 2002. Após vigorar internacionalmente a partir de 16 de fevereiro de 2005, o documento foi promulgado pelo presidente Lula por meio do "Decreto Nº 5.445, de 12 de Maio de 2005".

Franco e um longo período de estabilidade econômica desde a gestão de Cardoso — fenômeno ainda inédito na segunda metade do século XX.

O foco de críticas negativas do ambientalismo contemporâneo, ainda segundo Lago (2013, p. 136), foi, principalmente, a “globalização, da qual países em desenvolvimento são vistos como vítimas ou como tendo pouco poder para mudar”. No entanto, foi "reconhecido internacionalmente que o Brasil é um dos países em desenvolvimento que maiores progressos conseguiu realizar na área ambiental nos últimos anos". Em decorrência da "crescente conscientização interna da complexidade científica e das implicações econômicas e sociais da questão ambiental, criou-se uma dinâmica própria, na qual o Governo Federal interage com inúmeros outros atores". Tal evidente ênfase na participação social, ainda de acordo com o autor, pôde ser notada na já mencionada elaboração da Agenda 21 brasileira, a qual foi apresentada na Rio+10.

A QUESTÃO AMBIENTAL NA ERA LULA

No ano de 2003, iniciou o primeiro mandato de Lula na presidência da República Federativa do Brasil. Como outros países da América do Sul, segundo Gudynas (2013, p. 57-58), o Estado brasileiro vivenciava "uma globalização turbulenta" e era gerido por um grupo político-partidário progressista ou da "nova esquerda": o Partido dos Trabalhadores (PT). Já Costa (2019, p. 53-54) complementa que as mudanças trazidas por governos de esquerda e de centro-esquerda também ficaram conhecidas como "maré rosa", a qual compreendeu, na prática, políticas de transferência de renda. Responsável por reduzir significativamente a pobreza, a intervenção dos Estados naquele período não conseguiu promover mudanças estruturais nas desigualdades, haja vista que, "quando os governos da maré rosa tentaram promover mudanças mais enfáticas nas hierarquias sociais existentes, as elites locais reagiram, desestabilizando-os".

O momento, conforme relata Corrêa (2007, p. 699), "foi marcado por fortes pressões externas e por um conjunto de decisões de Governo destinadas a afiançar o comprometimento da nova administração brasileira com a estabilidade macroeconômica". Internamente, o país recuperou a confiança de investidores e prosseguiu rumo à estabilidade, com razoável crescimento econômico. Destarte, desde que compensações para países em desenvolvimento pela proteção das florestas fossem negociadas, o Estado brasileiro aderiu à problemática florestal em negociações sobre o clima (FARIAS *et al.*, 2021, p. 77).

A estreia do presidente Lula na AG/NU ocorreu em 23 de setembro de 2003, na LVIII Sessão Ordinária, sem menção ao tema ambiental. As palavras mais pronunciadas, de acordo com Mac e Alves (2020), foram: I. Fome, com 18 menções; II. Nações, com dez; e III. Desenvolvimento, com nove. Entre outros temas, o presidente enfatizou a adesão brasileira à democracia e ao multilateralismo e afirmou que "as tragédias do Iraque e do Oriente Médio só encontrarão solução num quadro multilateral, em que a ONU tenha um papel central" (SILVA, 2007a, p. 704). Destacou-se também o papel-chave das relações do Brasil com as demais nações da América do Sul — principalmente com a Argentina —, fez-se uma síntese dos impactos da política externa do país — com ênfase no âmbito regional e com a África e o Oriente Médio — e abordou-se "extensamente o tema que singularizou os primeiros momentos de sua projeção internacional: a guerra contra a fome e a miséria" (CORRÊA, 2007, p. 701).

Referente aos programas em implantação no território brasileiro, Lula "ênfatizou a necessidade de iniciativas no plano internacional e recordou a proposta que fizera da criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome", chegando "a sugerir a constituição, no âmbito da ONU, de um Comitê Mundial de Combate à Fome, integrado por Chefes de Estado e de Governo de países de todos os Continentes" (CORRÊA, 2007, p. 701). O discurso foi concluído com um apelo para a humanização, posto pelo presidente como "o maior desafio da humanidade e, ao mesmo tempo, o mais belo", e também com um chamado pela construção da paz a partir da justiça social (SILVA, 2007a, p. 710).

A desigualdade entre as nações voltou a ser incluída no discurso seguinte, proferido na LIX Sessão Ordinária da AG/NU, em 21 de setembro de 2004, ocasião em que a pauta ambiental apareceu pela primeira vez na fala de Lula. Havendo "conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta", conforme o presidente, "é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ético e ambientalmente sustentável" (SILVA, 2007b, p. 717). Ele defendeu que "a natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo".

Para Lula, a geração da época tinha potencial de adotar medidas efetivas para conter a crise civilizatória: "Se os recursos disponíveis são fantásticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido?" (SILVA, 2007b, p. 717-718). Era necessária, ainda, "uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais", a fim de retomar o modelo de "desenvolvimento justo e sustentável". Tais agentes, sob a perspectiva do chefe de Estado, "foram criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornam-se parte do problema".

Lula se pronunciaria na AG/NU dois anos depois, em 19 de setembro de 2006, na LXI Sessão Ordinária, quando, novamente, preconizou o "combate à fome e à pobreza, estabelecendo vínculos precisos entre a segurança internacional e o direito ao desenvolvimento econômico e social", além de destacar os resultados do Estado brasileiro (CORRÊA, 2007, p. 759). Nesta direção, "a luta contra a fome e a pobreza passa também pela instauração de uma ordem mundial, que coloca o desenvolvimento econômico e social em primeiro plano" (SILVA, 2007c, p. 763-764).

Consequentemente, em contraste com o discurso anterior, o presidente apenas mencionou a questão ambiental em meio às temáticas de ordem social, ao afirmar que o país defende as organizações multilaterais enquanto local de cooperação e diálogo. Segundo Lula, "não há modo mais efetivo de aproximar os estados, [sic] a manter a paz, proteger os direitos humanos, promover o desenvolvimento sustentável e construir soluções negociadas para os problemas comuns". Visivelmente, o enfoque desta gestão estava na promoção de justiça social e econômica, tendo a proteção do meio ambiente como temática transversal.

Entretanto, o pronunciamento do ano seguinte, na LXII Sessão Ordinária da AG/NU, em 25 de setembro de 2007, destacou o desenvolvimento sustentável, partindo-se da premissa de que o mundo "não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social" (DISCURSO, 2007, p. 1). Isto é, o equilíbrio ambiental seria fruto de um bem-sucedido desenvolvimento socioeconômico. Meses antes, em março, o senador Collor,

ex-presidente do Brasil, sugeriu a Lula que pusesse o país à disposição para receber a Rio+20, a quarta conferência das Nações Unidas para o meio ambiente. O argumento foi que aquela "seria uma oportunidade única não apenas para se fazer um balanço dos 20 anos desde a Rio-92, mas também para que se buscasse um consenso internacional em torno de um novo protocolo ambiental, capaz de substituir o de Kyoto" (HORA, 2012, p. 43).

Foi então que, no discurso de 2007, Lula lembrou que o país foi palco da Cúpula da Terra em 1992 e declarou: "Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Por isso, proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio + 20" (DISCURSO, 2007, p. 2-3). Também foi pontuada a necessidade de ampliar "a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos", para, deste modo, conferir "sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas".

Iniciado no mercado de hipotecas *subprime* de alto risco nos EUA, o colapso do sistema financeiro internacional em 2008 (SOUZA, 2009) permeou o discurso de Lula na LXIII Sessão Ordinária da AG/NU, em 23 de setembro de 2008. Contudo, Lula mencionou também "outras questões igualmente graves no mundo": crise alimentar, crise energética, ameaça ao comércio internacional e a "avassaladora degradação ambiental, que está na origem de tantas calamidades naturais, golpeando sobretudo os mais pobres" (DISCURSO, 2008, p. 2). Lula denunciou, ainda, "um suposto "nacionalismo populista", que alguns pretendem identificar e criticar no Sul do mundo, é praticado sem constrangimento em países ricos". Crises de ordem alimentar, ambiental, energética, financeira e migratória, além de ameaças à paz, de acordo com o presidente, "demonstram que o sistema multilateral deve se adequar aos desafios do século XXI. Aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais" (DISCURSO, 2008, p. 2-3).

Um ano depois, em 23 de setembro de 2009, o chefe de Estado, cujo segundo mandato terminou em 2010, discursou pela última vez na abertura da LXIV Sessão Ordinária da AG/NU, ocasião em que abordou três tópicos considerados decisivos sob seu ponto de vista: I. "A persistência da crise econômica"; II. "A ausência de uma governança mundial estável e democrática"; e III. "Os riscos que a mudança climática traz" (DISCURSO, 2009, p. 1; 5). Grande parte do discurso, portanto, foi dedicado à terceira questão, introduzida com a constatação de que "sem vontade política, por fim, crescerão as ameaças hoje representadas pela mudança climática no mundo. Todos os países devem empenhar-se em realizar ações para reverter o aquecimento global".

Lula externalizou a preocupação quanto à "resistência dos países desenvolvidos em assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima", levando em conta que, nas palavras do presidente, "eles não podem lançar sobre os ombros dos países pobres em desenvolvimento responsabilidades que lhes são exclusivas" (DISCURSO, 2009, p. 5-7). Era imprescindível, segundo o presidente, "exigir dos países desenvolvidos metas de redução de emissões muito mais expressivas do que as atuais, que representam mera fração do que é recomendado pelo Painel Intergovernamental para a Mudança do Clima" [IPCC, do inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change*].

Outra forte preocupação do Governo Federal do Brasil era a falta de recursos anunciados até aquele período para pôr em prática "as necessárias inovações tecnológicas que preservarão o ambiente nos países em desenvolvimento" (DISCURSO, 2009, p. 7). Estes e outros entraves ocorreriam, conforme Lula, "se as ameaças ligadas às mudanças climáticas forem enfrentadas a partir da compreensão de que temos responsabilidades comuns, mas diferenciadas". Junto a estas colocações, o chefe de Estado mencionou medidas adotadas pela sua gestão e alguns dos resultados obtidos, como o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2008) — prevendo a diminuição de 80% do desmatamento na floresta amazônica até 2020 —, a redução "em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO₂, o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos", e o menor índice de desmatamento das últimas duas décadas registrado naquele ano (DISCURSO, 2009, p. 5).

Houve, ainda, menção à matriz energética brasileira, descrita por Lula como uma das mais limpas do planeta: "Quarenta e cinco por cento da energia consumida no país é renovável. No resto do mundo apenas 12% é renovável, enquanto que nos países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] essa proporção não supera 5%" (DISCURSO, 2009, p. 6). Mencionou-se também que 80% da energia elétrica do território era proveniente de fontes renováveis e o exemplar cultivo de cana-de-açúcar para produção de etanol. Sem embargo, atualmente, a energia renovável corresponde a 48% da matriz energética brasileira (ENERGIA, 2021). Quanto à autossuficiência em petróleo e à então recente descoberta de reservas que colocariam o país "na vanguarda da produção de combustíveis fósseis", Lula afirmou o seu governo não renunciaria a agenda ambiental internacional "para ser apenas um gigante do petróleo. Queremos consolidar nossa condição de potência mundial da energia verde".

Concluiu-se a fala com a observação de que tanto a crise financeira quanto a nova governança mundial e a mudança do clima apontam "para a necessidade de construir uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas" (DISCURSO, 2009, p. 7). O novo mundo descrito se trata de "um imperativo político e moral. Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas," afirmou Lula.

No contexto de pós-crise financeira de 2008, a partir do advento da COP 15, realizado entre 7 e 18 de dezembro de 2009, em Copenhague (Dinamarca), segundo Farias *et al.* (2021, p. 80; 77), o Brasil passou a apresentar "uma mudança da ação diplomática brasileira nas COPs devido à pressão de órgãos internos e externos", defendendo "a prioridade do combate à pobreza através do desenvolvimento sustentável". Deste momento em diante, ainda de acordo com os autores, o país passou a ter "protagonismo internacional na mediação dos interesses das nações em desenvolvimento e na cobrança firme sobre os países desenvolvidos," a fim de que "estes se engajassem em metas ousadas e assumissem suas responsabilidades históricas na crise do clima". Internamente, conforme Almeida (2020, p. 122), as pautas de combate à pobreza, econômicas, educacionais e trabalhistas, as quais outrora "tinham conhecido resultados irregulares, mas em grande medida auspiciosos durante" o início do governo de Lula, passaram a apresentar "altos níveis de deterioração a partir do terceiro governo

lulopetista – com origens já no segundo mandato do presidente Lula –, para depois mergulhar num precipício de fracassos e desesperanças".

RIO+20 E AS CONTROVÉRSIAS NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Sucessora de Lula após duas gestões e pertencente ao mesmo partido político, Dilma Rousseff iniciou a gestão com duas vanguardas: foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente da República Federativa do Brasil e, por conseguinte, a primeira mulher a abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas. A estreia ocorreu na LXVI Sessão Ordinária do evento, em 21 de setembro de 2011. Frequentemente, conforme Mac e Alves (2020), foram utilizadas as palavras: I. Países e país, com 31 menções; II. Mundo, com 15; e III. Desenvolvimento, com 11. Na ocasião, dentre outros temas, a chefe de Estado apoiou a reforma do Conselho de Segurança da ONU, expôs que o Brasil está empenhado em ocupar a posição de membro permanente do órgão e defendeu uma das grandes pautas do encontro: o reconhecimento internacional da Palestina e a inclusão desta enquanto país-membro da organização intergovernamental. Para Rousseff, "o reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio" (DISCURSO, 2011).

Conforme análise de Boito Jr. e Berringer (2013), a ação externa do Estado brasileiro sob Lula e Rousseff "deve ser entendida como parte da mudança ocorrida no interior do bloco no poder no Brasil": a ascensão da grande burguesia interna, em decorrência da formação de uma frente política que também congrega "a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato". Denominada de frente neodesenvolvimentista, a aglutinação resultou em "uma frente ampla, heterogênea e eivada de contradições".

Referente à agenda ambiental, a presidente declarou na LXVI AG/NU que "o Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas", sendo necessário que os países assumissem suas responsabilidades (DISCURSO, 2011). Em seguida, ela resgatou que o país apresentou "uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009", com expectativa de seguir adiante na COP 17, realizada entre 28 de novembro e 9 de dezembro do mesmo ano, em Durban, na África do Sul. O Governo Federal apoiaria as nações em desenvolvimento no que tange aos "esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012".

Na sequência, a presidente reiterou "o convite para que todos os chefes de Estado e de Governo" comparecessem à Rio+20 — o que não aconteceu conforme o esperado, sobretudo, devido ao período de pós-crise econômica, a pior desde o colapso no capitalismo central de 1929 (LAGO, 2013, p. 158-159). O evento sediado no Rio de Janeiro, de 13 a 22 de junho de 2012, não teve a participação da chanceler alemã Angela Dorothea Merkel, do presidente estadunidense Barack Hussein Obama II e do primeiro ministro britânico David William Donald Cameron. Presentes na sétima reunião de cúpula dos países-membros do Grupo dos Vinte⁷ (G20), realizada de 18 a 19 de junho

⁷ O G20 é um fórum informal que congrega ministros de finanças e chefes dos bancos centrais da União Europeia e de 19 Estados: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil,

de 2012, em Los Cabos (México), estes, conforme Augusto (2012, p. J3), fizeram questão de frisar "que o caos na economia os preocupa bem mais que o caos ambiental. Como se não houvesse uma correlação entre os dois e apenas um deles exigisse atenção máxima e decisões firmes e imediatas". A partir de telegramas secretos vazados pelo *website WikiLeaks*, a imprensa divulgou que os EUA e governos de países europeus consideraram a iniciativa precipitada, haja vista a possível inutilidade do encontro e os gastos desnecessários (CHADE, 2012b, p. H3; CHADE, 2012a, p. H3).

Rousseff se pautou no entendimento de que o desenvolvimento sustentável exige crescimento econômico com a finalidade de distribuição de riqueza. Tal posicionamento motivou que a questão social predominasse os diálogos do evento e se refletisse nos documentos elaborados na ocasião. Reafirmando enfaticamente o Princípio 7 da "Declaração do Rio de Janeiro" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 155) de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" entre os Estados, a "Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): O Futuro que Queremos" compartilha a visão daquele governo brasileiro, afirmando que "erradicar a pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje, e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 3; 5). Alvo de críticas negativas, o documento foi considerado pouco ambicioso, inclusive pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon (PASSARINHO, 2012; AUTORIDADES, 2012; FERREIRA, 2012; TEXTO, 2012, p. H1; DANTAS, 2012, p. H4).

Pouco tempo depois, em 25 de setembro, durante o pronunciamento na LXVII Sessão Ordinária da AG/NU, Rousseff tratou a Rio+20 sob uma ótica positiva, afirmando que representou um grande avanço para a agenda ambiental internacional. De acordo com a chefe do Estado brasileiro, o multilateralismo se fortaleceu ainda mais após o encontro, que foi "a maior e mais participativa conferência da história das Nações Unidas, no que se refere ao meio ambiente" (DISCURSO, 2012). Foi dito que, a partir do evento, pôde-se "dar passos firmes rumo à consolidação histórica de um novo paradigma: crescer, incluir, proteger e preservar, ou seja, a síntese do desenvolvimento sustentável".

No tocante ao documento final da Rio+20, a presidente insistiu que houve consenso para a aprovação e que o texto não apenas honra o legado da Rio-92, como também deu início a "uma agenda de desenvolvimento sustentável para o século XXI, com foco na erradicação da pobreza, no uso consciente dos recursos naturais e nos padrões sustentáveis de produção e consumo" (DISCURSO, 2012). Dentre as várias tarefas definidas na Rio+20 para os países-membros da ONU, Rousseff enfatizou a substituta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): a "Resolução 70/1" da AG/ONU, denominada "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016). Adotado na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada de 25 a 27 de setembro de 2015, o documento contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, convergindo as dimensões econômica, social e ambiental (FORMENTI, 2014, p. A15; GIRARDI e CHADE, 2015, p. A16).

Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

Posteriormente, a chefe de Estado centrou sua fala nas mudanças climáticas, declarando que "a Rio+20 projetou um poderoso fecho de luz sobre o futuro que queremos. Temos de levá-lo avante" (DISCURSO, 2012). Era imprescindível voltar a atenção aos constantes alertas da comunidade científica e da sociedade para esta problemática, além de encará-la "como um dos principais desafios às gerações presentes e futuras". Quanto ao Brasil, Rousseff afirmou o firme comprometimento do país "com as metas de controle das emissões de gás de efeito estufa e com o combate, sem tréguas, ao desmatamento da Floresta Amazônica".

Reforçou a presidente que o Brasil assumiu voluntariamente, em 2009, compromissos que foram transformados em legislação, cujas "metas são particularmente ambiciosas para um país em desenvolvimento, um país que lida com urgências de todos os tipos para oferecer bem-estar à sua população". Finalizando o tópico referente à pauta ambiental, a presidente expôs que a nação esperava "que os países historicamente mais responsáveis pela mudança do clima, e mais dotados de meios para enfrentá-la, cumpram também com suas obrigações perante a comunidade internacional".

O BRASIL RUMO AO PERÍODO 'RIO+30' OU 'ESTOCOLMO+50'

O ano seguinte à Rio+20 foi o início de um período de retrocessos da democracia no Brasil. Como observado por Berg (2020; 2021a; 2020b), Berg e Brands (2021), Castells (2018), Levitsky e Ziblatt (2018), Mounk (2019), Przeworski (2020) e Teitelbaum (2020), o fenômeno se somou à onda mundial antidemocrática. Desde junho de 2013, conforme analisa Avritzer (2019, p. 21), o país vive "uma crise política de grandes proporções", a qual é caracterizada pela diminuição do apoio dos cidadãos à democracia e à confiança no sistema político (GALLEGO, 2018; PRADO, 2021). Este foi o cenário propício para a ascensão de líderes populistas, a exemplo de Bolsonaro, como discorrido adiante. Ainda no século XIX, o sociólogo Karl Emil Maximilian Weber utilizou um termo cunhado por Gotthold Julius Rudolph Sohm para designar a subida de idolatrados líderes carismáticos ao poder, frente à desestruturação de instituições já enraizadas e a intensos conflitos instaurados em um determinado Estado (GERTH e MILLS, 1982, p. 68-73; p. 283-291; WEBER, 1999, p. 523-555). Críticos aos considerados redentores são tidos como inimigos do Estado, pois a legitimidade popular confere às lideranças carismáticas a particularidade divina.

Segundo observa Almeida (2020, p. 122), "tendo abandonado um populismo [LACLAU, 2013] de esquerda, aparentemente bem acolhido até 2013 ou 2015, a sociedade [brasileira] deixou-se seduzir por um populismo de direita, que se revela tão destruidor das instituições quanto foi o primeiro". Aconteceram grandes manifestações em mais de 500 municípios, por motivo do aumento do preço de tarifas de transporte público, da violência policial, do descontentamento popular com os políticos eleitos e do sucateamento de serviços públicos. Houve, ainda, acusações do Tribunal de Contas da União (TCU) contra Rousseff, de ter burlado as leis orçamentária e de improbidade administrativa, além de supostamente ter tido envolvimento em corrupção na empresa estatal de economia mista Petróleo Brasileiro S.A. (Sociedade Anônima) [Petrobras]. Logo, a Câmara dos Deputados recebeu pedidos de *impeachment* de Rousseff, o qual foi iniciado em 2 de dezembro de 2015.

Quando discursou na LXVIII Sessão Ordinária da AG/NU, em 24 de setembro de 2013, Rousseff ressaltou a construção da paz, a asseguuração da democracia, o

desenvolvimento socioeconômico, o respeito aos direitos humanos e repudiou a espionagem cibernética dos EUA para supostamente combater o terrorismo (PASSARINHO, 2013). Por conseguinte, a presidente definiu os protestos brasileiros enquanto "parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e de mudança social", considerando que a gestão presidencial não reprimiu as ações, "pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas," disse a presidente (DISCURSO, 2013). Ela reforçou que seu governo se constituiu "no cotidiano das grandes lutas do Brasil" e afirmou: "A rua é o nosso chão, a nossa base". Esta parte do discurso finalizada com a observação de que "os manifestantes não pediram a volta ao passado. Os manifestantes pediram sim o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais".

Neste pronunciamento, a chefe de Estado também mencionou a questão ambiental, sob a perspectiva de que a justiça social e econômica resulta em equilíbrio ecológico. Reiterou a presidente que a Agenda 2030, ainda em construção, deveria "ter como eixo os resultados da Rio+20" e que o maior avanço dado na Conferência "foi colocar a pobreza no centro da agenda do desenvolvimento sustentável". Nesta concepção, segundo Rousseff, a pobreza "não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, e a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada". Consequentemente, a vindoura agenda teria o propósito de construir "um mundo no qual seja possível crescer, incluir, conservar e proteger", pois, promovendo-se a ascensão social e a superação da extrema pobreza, forma-se "um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos". Isto é, "um cidadão com novas esperanças, novos desejos e novas demandas".

Já no discurso seguinte, em 24 de setembro de 2014, na LXIX Sessão Ordinária da AG/NU, a presidente acusou "a comunidade internacional de ser incapaz de lidar com antigos conflitos e impedir o surgimento de novas crises" (AFP, 2014). Disse Rousseff: "A atual geração de líderes mundiais – a nossa geração – tem sido chamada a enfrentar também importantes desafios vinculados aos temas da paz, da segurança coletiva e do meio ambiente" (DISCURSO, 2014). Especialmente no tocante à pauta ambiental, a chefe do Estado brasileiro afirmou novamente que "a mudança do clima é um dos grandes desafios da atualidade" e que, para vencê-lo, era necessário intervir urgentemente, com "coragem política e o entendimento de que cada um deverá contribuir segundo os princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

Referindo-se à Cúpula do Clima da CQNUMC, ocorrida no dia anterior, a presidente observou que o encontro fortalece as tratativas neste âmbito e que "o Governo brasileiro se empenhará para que o resultado das negociações leve a um novo acordo equilibrado, justo e eficaz", levando em consideração que o país "tem feito a sua parte para enfrentar a mudança do clima" (DISCURSO, 2014). Provou-se, conforme Rousseff, "que é possível crescer, incluir, conservar e proteger. Uma conquista como essa resulta do empenho - firme e contínuo – do governo, da sociedade e de agentes públicos e agentes privados". No que tange aos países desenvolvidos, "que têm a obrigação não só legal, mas também política e moral de liderar pelo exemplo", a chefe de Estado disse que esperava a demonstração "de modo inequívoco e concreto" o compromisso de combate à mudança climática".

Uma vez mais, retomou-se que, na Rio+20, foi definida "uma nova agenda, baseada em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aplicáveis tanto a países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento" e que seria crucial a definição de meios de implementação correspondentes "à magnitude das dificuldades que nós nos comprometemos a superar", afirmou Rousseff (DISCURSO, 2014). A presidente exigiu ambição no tocante ao "financiamento, cooperação, construção de capacidades nacionais e transferência de tecnologias, sobretudo em favor dos países menos desenvolvidos", com ênfase na "necessidade de estabelecer um mecanismo para o desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologias limpas, ambientalmente sustentáveis".

Em seu último pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas, dado em 28 de setembro de 2015, na LXX Sessão Ordinária do encontro, Rousseff reforçou a abertura do Governo Federal do Brasil para receber refugiados, "em especial à população do Oriente Médio e do Norte da África, vítimas da guerra civil síria" (AQUINO, 2015). Rousseff expôs também que o país atravessava "dificuldades conjunturais na economia, que estão sendo enfrentadas com ações de reequilíbrio fiscal e financeiro", destacando as propostas de "cortes drásticos de despesas" e redefinição de receitas, a fim de "reorganizar o quadro fiscal, reduzir a inflação, consolidar a estabilidade macroeconômica, aumentar a confiança na economia e garantir a retomada do crescimento com distribuição de renda" (PEDUZZI e AQUINO, 2015; DUARTE, 2015; DISCURSO, 2015).

Grande parte da fala contemplou o desenvolvimento sustentável, ressaltando-se a luta daquele governo para a erradicação da pobreza extrema e promoção da justiça social e econômica. Em alusão à declaração final da Rio+20, a presidente constatou que "a Agenda 2030 desenha o futuro que queremos" e "os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável reafirmam o preceito da Rio+20, que é afirmar que é possível crescer, incluir, conservar e proteger" (DISCURSO, 2015). O compromisso, conforme Rousseff, "exige solidariedade global, determinação de cada um de nós e compromisso com o enfrentamento da mudança do clima, com a superação da pobreza e da miséria e a construção de oportunidade para todos".

Sobre os preparativos para a COP 21, que viria a acontecer em Paris (França), de 30 de novembro a 12 de dezembro daquele mesmo ano, a presidente caracterizou o momento como oportunidade para o fortalecimento da CQNUMC, "com pleno cumprimento de seus preceitos e respeito a seus princípios", e que o Brasil reconhece "a importância da cooperação Sul-Sul no esforço global de combater a mudança do clima" (DISCURSO, 2015). Incluindo "apoios financeiros e tecnológicos aos países em desenvolvimento e às pequenas ilhas", as obrigações a serem assumidas no encontro deveriam ser ambiciosas, "em sintonia com o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas". Como é relevante mencionar, o "Acordo de Paris" traçou medidas para contenção do aquecimento do planeta Terra abaixo de 2° C, sendo desejavelmente em 1,5° C, por meio da redução da emissão de gases de efeito estufa a partir do ano de 2020. Ainda na LXX AG/NU, chefe de Estado declarou que "o Brasil está fazendo grande esforço para reduzir as emissões de gases de efeito estufa sem comprometer seu desenvolvimento, nosso desenvolvimento".

Continuamente, segundo reforçou Rousseff, o país estava diversificando as fontes renováveis da matriz energética nacional, a qual "está entre as mais limpas do

mundo. Estamos investindo na agricultura de baixo carbono. Reduzimos em 82% o desmatamento na grande floresta amazônica" (DISCURSO, 2015). De forma igualmente ambiciosa, a presidente retomou o fato de ter anunciado, no dia anterior, a pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC, do inglês *intended Nationally Determined Contribution*). Enquanto "um dos poucos países em desenvolvimento a assumir meta absoluta de redução de emissões", a iNDC também abrangia ações para aumentar a resiliência do meio ambiente e reduzir riscos relacionados à mudança climática "sobre as populações mais pobres, mais vulneráveis, com atenção para as questões de gênero, do direito dos trabalhadores, das comunidades indígenas, ou quilombolas/negras e tradicionais".

Voltando-se ainda mais para a questão social e econômica, a chefe de Estado enfatizou que as políticas sociais e de transferência de renda, iniciadas por Lula em 2003, "contribuíram para que mais de 36 milhões de brasileiros superassem a pobreza extrema" e que, em 2014, o país deixou de constar no Mapa Mundial da Fome (DISCURSO, 2015). Estes pontos evidenciaram a eficácia da política de governo Fome Zero, que acabava de ser transformada "no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 2". Naquela "transição para uma economia de baixo carbono", definida por Rousseff, era basilar "assegurar condições dignas e justas para o mundo do trabalho", pois "o desenvolvimento sustentável exige a promoção do trabalho decente, a geração de empregos de qualidade e a garantia de oportunidades". O tópico do discurso referente ao meio ambiente foi finalizado com a declaração de que "o esforço para superar a pobreza e promover o desenvolvimento tem de ser coletivo e global" e que, entretanto, o fim da pobreza extrema no Brasil seria "só um começo de uma longa trajetória de novas conquistas".

DA ESQUERDA PARA A DIREITA POLÍTICA

No contexto de crise da democracia liberal iniciado em 2013, em 31 de agosto de 2016, houve *impeachment* da presidente Rousseff, com a cassação de seu mandato e o empossamento do vice-presidente Michel Temer no cargo de presidente interino da República Federativa do Brasil. O governo se caracterizou pela orientação política de direita e economicamente neoliberal, intensificando a ofuscação e o processo de enfraquecimento de políticas públicas. Em seu primeiro discurso, proferido na LXXI Sessão Ordinária da AG/NU, em 20 de setembro de 2016, Temer declarou que a recente destituição "transcorreu, devo ressaltar, dentro do mais absoluto respeito constitucional" (PRONUNCIAMENTO, 2016). Dentre os demais temas, o chefe de Estado abordou a "crise de refugiados, guerra na Síria e protecionismo" (NA ONU, 2016). Mac e Alves (2020) complementam o pronunciamento destacou as palavras: I. Brasil, com 19 menções; II. Mundo, com 15; e III. Desenvolvimento, com 12.

Similar aos discursos de Lula e Rousseff, quanto à questão ambiental, Temer afirmou que a Agenda 2030 "é a maior empreitada das Nações Unidas em prol do desenvolvimento", o qual é "mais do que um objetivo, é um imperativo. Uma sociedade desenvolvida é aquela em que todos têm direito a serviços públicos de qualidade – educação, saúde, transportes, segurança" (PRONUNCIAMENTO, 2016). Portanto, deve haver garantia à "igualdade de oportunidades" e o acesso ao trabalho decente não pode ser privilégio de poucos. O desenvolvimento se traduz, conforme o chefe de Estado, em dignidade, "e a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do

Estado brasileiro, conforme previsto no artigo primeiro da nossa Constituição Federal". Materializar os 17 ODS e as 169 metas estabelecidas demandaria esforços nacionais conjuntos e o apoio dos países do eixo Norte aos do Sul, tendo em vista que "a prosperidade e o bem-estar no presente não podem penhorar o futuro da humanidade. Mais do que possível, é necessário crescer de forma socialmente equilibrada com respeito ao meio ambiente".

Tal qual o último pronunciamento de Rousseff na AG/NU, o presidente interino exclamou: "O planeta é um só. Não há plano B" — sendo, portanto, fundamental "tomar medidas ambiciosas, sob o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas" (PRONUNCIAMENTO, 2016). Foi anunciado também o depósito do instrumento de ratificação do "Acordo de Paris" no dia seguinte. Ressaltando que o Brasil é o país mais rico em biodiversidade, que a matriz energética está entre as mais limpas do mundo e que configura-se enquanto potência ambiental de "compromisso inequívoco com o meio ambiente", Temer defendeu o comércio como parte constitutiva do desenvolvimento e repudiou o protecionismo. Por ser "uma perversa barreira ao desenvolvimento", esta política econômica "subtrai postos de trabalho e faz de homens, mulheres e famílias de todo Brasil, vítimas do emprego e da desesperança igualmente no mundo".

Mergulhando também no colapso da democracia, a partir de 20 de janeiro de 2017, a Casa Branca passou a ser gerida por um governo da extrema direita, sob a gestão presidencial de Donald John Trump. Inimigo da democracia, o neoliberalismo totalitário, que favoreceu a guinada da direita política (SINGER, ARAÚJO e BELINELLI, 2021), é classificada por Chaui (2019; 2020), a partir da Escola de Frankfurt, como a nova forma assumida pelo totalitarismo, o qual, em outros tempos, ficou conhecido como nazismo, fascismo e stalinismo (ARENDRT, 2012; BACKES, 2011; BROWN, 2019). Desprezando também as pautas social e ambiental, via "Decreto Nº 9.142, de 22 de Agosto de 2017", Temer extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e seus associados⁸ (RENCA), entre o Amapá e o Pará, gerando, além de manifestações internas, impacto negativo à imagem do Brasil no exterior e na interrupção de contribuições da Alemanha e Dinamarca ao Fundo Amazônia. Intensas pressões levaram o chefe de Estado a revogar o documento por meio do "Decreto Nº 9.159, de 25 de Setembro de 2017". Não obstante, o Fundo Amazônia, continua paralisado.

Quando participou dias antes da LXXII AG/NU, em 19 de setembro de 2017, ao invés de fornecer uma explicação para a extinção da RENCA, o presidente brasileiro se debruçou no comércio, imigração e terrorismo. Referente ao meio ambiente, Temer retomou o viés de desenvolvimento econômico do pronunciamento anterior e reafirmou que não acredita "no protecionismo como saída para as dificuldades econômicas — dificuldades que demandam respostas efetivas para as causas profundas da exclusão social" (DISCURSO, 2017). Segundo Temer, seu governo recusava, portanto, "os nacionalismos exacerbados" e que "a busca do desenvolvimento, em todas as suas dimensões" deveria nortear a ação coletiva.

⁸ Compreendida por nove reservas ambientais e indígenas, a RENCA foi criada a partir do "Decreto Nº 89.404, de 24 de Fevereiro de 1984" e a pesquisa para identificar presença de minérios era restrita à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), do Ministério de Minas e Energia. (JIMÉNEZ, 2017).

Com o propósito de "assegurar oportunidades para todos, em todas as partes", e considerando o comércio um "importante vetor do desenvolvimento", Temer pediu "por um sistema de comércio internacional aberto e baseado em regras. Um sistema que tem por centro a Organização Mundial do Comércio e seu mecanismo de solução de controvérsias" (DISCURSO, 2017). O presidente afirmou que, na vindoura XI Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio⁹ (OMC), os países em desenvolvimento teriam "que avançar no acesso a mercados de bens agrícolas, na eliminação de subsídios à agricultura que distorcem o comércio". Estas questões seriam antigas pendências que afetam, especialmente, os países do Sul.

Também foi dito que o desenvolvimento sustentável era fundamental para aquela gestão, permeando políticas públicas internas e externas, a exemplo da eleição da Agenda 2030 como eixo das atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) — organização presidida pelo chefe de Estado durante todo seu mandato. Buscando contribuir com os ODS em todas as frentes de atuação, incluindo as mudanças climáticas, conforme o presidente, o Governo Federal permaneceria empenhado em defender o "Acordo de Paris" e, sendo esta uma "matéria que não comporta adiamentos", confirmou-se o depósito do instrumento de ratificação do texto no ano anterior (DISCURSO, 2017).

Uma vez mais, o Estado brasileiro reforçou seu pioneirismo na economia de baixo carbono: "A energia limpa e renovável no Brasil representa mais de 40% de nossa matriz energética: três vezes a média mundial. Somos líderes em energia hídrica e em bioenergia," descreveu Temer (DISCURSO, 2017). Expressou-se também a preocupação do país com o desflorestamento, principalmente na Amazônia, e anunciou-se que já estavam sendo tomadas providências para solucionar o problema. Não obstante, o chefe de Estado divulgou que dados preliminares do último ano indicavam "a diminuição de mais de 20% do desmatamento naquela região", retomando, portanto, o caminho correto por onde a nação persistiria.

Em seu pronunciamento final na AG/NU, na LXXIII Sessão Ordinária, em 25 setembro de 2018, Temer frisou o combate ao desarmamento e a não proliferação de armas nucleares e defendeu a diplomacia e o multilateralismo no comércio internacional e "em tantas outras áreas, como a do desenvolvimento sustentável, crucial para o futuro da humanidade" (DISCURSO, 2018). Nesta questão, o presidente mencionou alguns exemplos capazes de ilustrar que "o compromisso de primeira hora do Brasil com o desenvolvimento sustentável permanece inequívoco".

Primeiramente, foram ressaltados os pontos de destaque supracitadas nas demais ocasiões: I. A negociação da Agenda 2030 e o "Acordo de Paris"; II. O engajamento do país na construção de uma economia internacional de baixo carbono, sendo sua própria matriz energética uma das mais sustentáveis do mundo"; e III. Os esforços do Governo Federal para redução do desmatamento. Diante da "taxa de desmatamento 75% mais baixa do que em 2004", desta vez, o chefe de Estado comemorou a animadora tendência de longo prazo para a conservação das florestas brasileiras. As novidades deste discurso foram: I. A criação e ampliação de Unidades de Conservação (UCs) correspondentes "a mais de quatro vezes o território da Noruega"; II. A instituição de costeiras "áreas de preservação da dimensão dos territórios da Alemanha e da França somados",

⁹ Realizada de 10 a 13 de dezembro de 2017, em Buenos Aires (Argentina).

impulsionadas pelo 8º Fórum Mundial da Água¹⁰; e III. A duplicação do "total das áreas de preservação no Brasil" (DISCURSO, 2018).

ASCENDE A EXTREMA DIREITA BRASILEIRA

Os anos que antecederam o período 'Rio+30' (ou 'Estocolmo+50') foram de intenso retrocesso para as políticas públicas de ordem ambiental e social no Brasil, governado por Jair Messias Bolsonaro desde 1º de janeiro de 2019. Tal governo se guiou por uma política neoliberal totalitária, com certos traços protecionistas (CAGLIARI, 2019), apesar de, paradoxalmente, criticar este *modus operandi* econômico em outros países, igual ao seu antecessor. Foi, a partir de então, intensificado o processo de desmonte de políticas públicas ambientais, educacionais, sanitárias e sociais (BAUER *et al.*, 2014). Iniciativas sem precedentes na diplomacia e na política externa, segundo Almeida (2019, p. 131-132), coexistiram, "de forma geral, nos primeiros meses da administração Bolsonaro", desconsiderando "preocupações cruciais com respeito ao papel do Brasil no tocante à agenda externa" no que tange o planejamento e as ações de diplomacia para inserir o país na economia global¹¹.

Rompendo com a tradicional diplomacia brasileira, que estrategicamente compactuava com o multilateralismo, segundo Farias *et al.* (2021, p. 80), esta gestão passou a considerar "as instituições e acordos internacionais fundamentalmente como uma ameaça à soberania e ao nacionalismo". Em similar visão patriótica e nacional-desenvolvimentista do Governo Federal do Brasil sob regime civil-militar, Bolsonaro também combateu veementemente o chamado "projeto de governança internacional através de instituições, regimes e dos interesses de atores considerados não legítimos, capitaneado por ONGs e fundações internacionais".

Parcial e progressivamente transpassados após a redemocratização, os aspectos regressistas em negociações ambientais foram retomados e agravados ainda durante a campanha eleitoral, no ano de 2018 (ALMEIDA, 2020, p. 149; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE, 2021, p. 5-6; MENEZES e BARBOSA JR., 2021). Remetendo à posição do Governo Federal na década de 1970, na época da Conferência de Estocolmo, a agenda ambiental desta gestão compreende, conforme enumeram Farias *et al.* (2021, p. 75), autoritarismo, negacionismo científico e favorecimento ao extrativismo. Tomaram-se, medidas de expansão do agronegócio na floresta amazônica, de extrativismo em terras indígenas e da diminuição de autuações ambientais. Consequentemente, marcas internacionais boicotaram a compra de matérias-primas dos setores produtivos do Brasil (PASSARINHO, 2020).

Almeida (2020, p. 12), tal como Pires (2021, p. 30-31), reforça que a postura de Bolsonaro, coadjuvada pelos então ministro do Meio Ambiente, Salles, e pelo chanceler Ernesto Henrique Fraga Araújo, estava, possivelmente, "criando as condições para um imenso boicote a produtos brasileiros no exterior, o que trará enormes prejuízos materiais a diversos setores da economia brasileira". Sendo "patente na opinião pública

¹⁰ Sediado em Brasília, de 18 a 23 de março de 2018.

¹¹ São exemplos disto a integração comercial, a reforma do bloco econômico Mercado Comum do Sul (Mercosul), a questão ambiental e os direitos humanos. Dentre outras prioridades, foram minimizados ou revertidos os interesses do Estado brasileiro no exterior, como no tocante à China ou à Israel, e combateu 'insanamente' o "globalismo", o qual chegou a ser tema de seminário organizado pelo Itamaraty.

internacional", a atuação retrógrada do Estado brasileiro provavelmente resultará em "consequências de longo prazo para a inserção internacional do Brasil e para a sua credibilidade diplomática perante as demais nações" (FARIAS *et al.*, 2021, p. 85). Conforme especifica Almeida (2020, p. 149), "além de transgredir a Constituição Federal, a atual orientação impõe ao País custos de difícil reparação como desmoronamento da credibilidade externa, perdas de mercados e fuga de investimentos".

Um projeto legislativo nos EUA, por exemplo, denominado de "*FOREST Act of 2021*" (Lei Florestal de 2021), foi apresentado em 6 de outubro de 2021, propondo impedir a importação de produtos de países que apresentam altos índices de desmatamento florestal, salvo em caso de o importador e o produtor rural comprovarem que a origem e toda a cadeia produtiva "passaram ao largo de áreas ilegalmente desmatadas" (SANCHES, 2021). Dentre os itens apontados estão borracha, cacau, gado, madeira e derivados, óleo de palma e soja. Para justificar a proposição, os autores, o senador democrata Brian Emanuel Schatz e o congressista democrata Earl Francis Blumenauer, mencionaram, como exemplo do problema, o Brasil e seus produtos de origem bovina.

Referindo-se à combinação dos nomes do presidente e do autoproclamado filósofo Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, entusiasta da extrema-direita e considerado um "guru" para o governo em questão, o "bolsolavismo diplomático", conforme denomina Almeida (2020), estabeleceu uma estreita relação com Trump, a partir das similares perspectivas (MAITINO, 2020), abrangendo o comportamento autoritário, marcado, conforme elencam Levitsky e Ziblatt (2018, p. 70-71), pelo: I. "Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)"; II. "Negação da legitimidade dos oponentes políticos"; III. "Tolerância ou encorajamento à violência"; e IV. "Propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia". Gerando enorme repercussão na imprensa nacional e internacional, críticas negativas de diversos países, como Alemanha e França, e protestos em diversas cidades brasileiras, as queimadas na Amazônia — intensificadas a partir de agosto de 2019 — foram atribuídas, em princípio, à ação de ONGs e menosprezadas por Bolsonaro (MAZUI, 2019; LINDNER e GIRARDI, 2019, p. A16).

A entendida política externa do governo de Bolsonaro, segundo Casarões e Flandes (2019), fundamenta-se em: I. Aderência ao sentimento popular de antipetismo na crise democrática; II. Aderência às crenças teológicas dos protestantes pentecostais e neopentecostais; e III. Orientação política anti-globalismo. Em outra publicação junto a Farias (2021), analisa-se que a projeção do Brasil no sistema internacional na conjuntura de gestão populista e religiosa de extrema direita rejeita quase todos os elementos centrais da Ordem Internacional Liberal e da clássica diplomacia brasileira, incluindo o multilateralismo, multiculturalismo e regionalismo. Complementarmente, Guimarães e Silva (2021, p. 345-346) argumentam que governos populistas de extrema direita como este "tendem a enfatizar um conjunto de identidade conservador abrangente ao lidar com outros governos ultraconservadores". Tal conjunto de identidade se embasam nas seguintes inter-relacionadas concepções de papel nacional: I. "Papel antiglobalista, composto por narrativas em oposição às instituições internacionais"; II. "Papel nacionalista, composto por narrativas pró-soberania"; e III. "Papel anti-inimigo, composto de narrativas de amigo/inimigo".

No fim daquele mês, de 24 a 26 de agosto de 2019, a 45ª reunião de cúpula do Grupo dos Sete¹² (G7), sediada em Biarritz (França), tratou as queimadas nas florestas brasileiras e os países-membros acordaram "em liberar 20 milhões de euros (cerca de R\$ 91 milhões) para ajudar a conter as chamas" (O QUE, 2019). Destarte, "após o anúncio, Bolsonaro deu a entender que o G7 queria algo em troca por ajudar a Amazônia". O anfitrião do evento, enquanto o presidente francês Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron classificou os incêndios enquanto uma crise que compromete o mundo todo, o presidente dos EUA, Trump, defendeu o Governo Federal do Brasil, afirmando que a França estaria atacando a "soberania brasileira sobre a floresta. E a situação escalonou depois que o presidente brasileiro reforçou uma piada machista sobre a primeira-dama francesa" (PASSARINHO, 2020).

Diferente do que era esperado, o primeiro pronunciamento de Bolsonaro na AG/NU, ocorrido na LXXIV Sessão Ordinária, em 24 de setembro de 2019, foi classificado pela imprensa como "belicoso" (BETIM e MARREIRO, 2019; PASSARINHO e IDOETA, 2019; SHINOHARA e SOARES, 2019). Entre os termos mais utilizados na fala, conforme Barrucho (2019), estavam "Amazônia, ideologia, liberdade e socialismo". Especificam Mac e Alves (2020) que foi citada a palavra "Amazônia" seis vezes e "Venezuela" cinco vezes, de modo a atacar a gestão presidencial de Nicolás Maduro Moros e frisar a "crise humanitária enfrentada pelo país" vizinho. Já as palavras com mais peso na análise da fala enunciada foram: I. Brasil, com 39 menções; II. Países e país, com 24; III. Indígenas e indígena, com 23; IV. Mundo, com 12; V. Liberdade, com dez; e VI. Direitos, com 9.

Além de disseminar e exaltar a política econômica neoliberal de "livre mercado, as concessões e as privatizações", o chefe do Estado brasileiro foi negacionista quanto aos incêndios florestais, afirmando que a "Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente" (DISCURSO, 2019). Justificou-se que naquele período, "o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e criminosas" e ressaltou "que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência". Declarou-se, ainda, que a imprensa internacional estaria fazendo "ataques sensacionalistas", os quais despertaram o "sentimento patriótico".

Segundo Bolsonaro, também "é uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo" (DISCURSO, 2019). Fundamentado nestas "falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, com espírito colonialista," contestou o presidente, referindo-se indiretamente à França. Levando em conta que a soberania nacional é indiscutível, o chefe de Estado rebateu a 'ousada' sugestão de Macron no encontro do G7, de "aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir". O presidente agradeceu "àqueles [países] que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta", sobretudo, a Trump, que, segundo o orador, "bem sintetizou o espírito [sic] que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós".

¹² Conjunto composto por países com as economias mais avançadas: Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido.

Bolsonaro ainda atacou as reivindicações para expansão e demarcação de terras indígenas, afirmando que 14% do território brasileiro já era correspondente de espaços reservados e que era "preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós. Eles querem e merecem usufruir dos mesmos direitos de que todos nós" (DISCURSO, 2019). Isto posto, o presidente destacou que "o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena, como alguns chefes de Estados gostariam que acontecesse", bem como reafirmou-se "que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira".

O chefe do Estado brasileiro manifestou rechaço às "tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções" (DISCURSO, 2019). Destarte, o país se colocava à disposição para parcerias que 'agreguem valor', a fim de "aproveitar de forma sustentável todo nosso potencial". Contrário às atitudes tomadas desde antes de tomar posse da presidência da República, Bolsonaro declarou que o Brasil frisa o "compromisso intransigente com os mais altos padrões de direitos humanos, com a defesa da democracia e da liberdade, de expressão, religiosa e de imprensa". Nesta direção, tal comprometimento estaria diretamente relacionado ao "combate à corrupção e à criminalidade, demandas urgentes da sociedade brasileira".

Já tida como o maior desafio do século XXI, a pandemia de *COVID-19*¹³, decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na data de 11 de março de 2020, impactou negativamente os países e o sistema internacional daquele ano em diante (GIRARDI, 2020b, p. A18; BRITO *et al.*, 2020). A agenda política de Bolsonaro transformou o Brasil em um epicentro global do *SARS-CoV-2* e suas variantes e a fragilidade das instituições democráticas, as quais contrariavam o governo, favoreceu a disseminação do vírus e, conseqüentemente, sua contenção (FERRANTE *et al.*, 2021). Sem a intenção de combater a pandemia, o presidente conduziu sua atuação a partir de um "assessoramento paralelo", também denominado "gabinete paralelo", que, por sua vez, contrariavam evidências científicas e consensos da comunidade internacional. A fim de impedir as necessárias medidas de isolamento social para contenção da disseminação do vírus e visando-se a livre circulação deste para que houvesse a imunidade coletiva ou imunidade de rebanho sem vacinação, entre outros atos, defenderam-se os cientificamente comprovados ineficazes tratamentos profilático (precoce) e terapêutico, por meio do uso de cloroquina e da derivada hidroxicloroquina (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2021; VENTURA e REIS, 2021).

Estas e outras constatações foram publicadas no estudo "A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19", parte do projeto de pesquisa "Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil". Desenvolvida pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP), a investigação emitiu parecer técnico destinado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelos

¹³ Sigla em inglês para designar a Doença por Coronavírus 2019 (*Coronavirus Disease 2019*), causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2: o *Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARS-CoV-2)*. A OMS declarou a doença como emergência global em 30 de janeiro de 2020 (CAMBRICOLI, 2020, p. A16).

requerimentos nº 1371, de 2021 e nº 1372, de 2021, do Senado Federal. Batizada de CPI da Pandemia, a iniciativa se propõe a averiguar ações e omissões do Estado brasileiro no gerenciamento da pandemia (JORNAL DA USP NO AR, 2021; MORAES, POMPEU e WETERMAN, 2021, p. A4).

A pesquisa documental teve coleta de dados resultante da identificação de três tipos de evidências: I. Atos normativos; II. Atos de governo; e III. Propaganda contra a saúde pública. Em cada dimensão e no conjunto, verificou-se "a procedência da hipótese da existência de uma estratégia federal de disseminação da Covid-19, em particular por meio dos seguintes conjuntos de atos e omissões:" I. "Defesa da tese da imunidade de rebanho (ou coletiva) por contágio (ou transmissão) como forma de resposta à Covid-19"; II. "Incitação constante à exposição da população ao vírus e ao descumprimento de medidas sanitárias preventivas"; III. "Banalização das mortes e das sequelas causadas pela doença"; IV. "Obstrução sistemática às medidas de contenção promovidas por governadores e prefeitos"; V. "Foco em medidas de assistência e abstenção de medidas de prevenção da doença"; VI. "Ataques a críticos da resposta federal à pandemia"; VII. "Ataques à imprensa e ao jornalismo profissional"; e VIII. "Consciência da ilicitude de determinadas condutas, mormente por parte do Presidente da República" (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2021).

Pela primeira vez na história, a AG/NU de 2020, em sua LXXV Sessão Ordinária, foi realizada virtualmente em 22 de setembro, com vídeos previamente gravados. Mac e Alves (2021, grifo nosso) observam que, apesar de o Brasil ter sido "o segundo maior país em mortes por COVID-19, Bolsonaro citou as palavras COVID, pandemia e vírus apenas oito vezes" e defendeu "o uso da hidroxicloração no tratamento de pacientes, medicamento que não tem eficácia comprovada contra a doença". Na ocasião, como sintetizam Jesus e Barros (2021, p. 276), o discurso se voltou ao gerenciamento da crise sanitária, aos investimentos externos, ao agronegócio e às políticas ambientais. Igual à edição anterior, o presidente acusou novamente o país vizinho e a palavra "venezuelano" apareceu três vezes quando tratou a pauta dos refugiados (MAC e ALVES, 2020).

Com base em Charaudeau (2017), Jesus e Barros (2021, p. 277, grifo destes) constataram que as palavras enunciadas por Bolsonaro tiveram predominância do "mentir verdadeiro", o qual é "uma fala em que o próprio enunciador sabe que diz o contrário do pensa ou conhece, pela conveniência da situação ou para assegurar seu *status*". Segundo corrobora uma análise feita por Macário *et al.* (2020), o presidente mencionou "dados falsos sobre pandemia e meio ambiente". De acordo com Mac e Alves (2020), "as palavras que ganharam mais peso na análise do discurso" deste encontro foram: I. Brasil, com 27 menções; II. Mundo, com 12; III. Não, com nove; IV. Governo e Paz, com sete; e V. Liberdade, com seis. Quanto ao meio ambiente, no ano em que o aumento de queimadas na floresta amazônica brasileira e no Pantanal prosseguiu, o chefe de Estado utilizou a palavra "Amazônia" somente duas vezes. Em contrapartida, "ambiental" e "ambiente" apareceram nove vezes, mais do que no ano anterior.

Apesar do cenário de crise mundial, conforme Bolsonaro, o agronegócio brasileiro seguiu "pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta" (DISCURSO, 2020). Não obstante, o país — responsável por alimentar mais de um bilhão de pessoas e que "desponta como o maior produtor mundial de alimentos" — estava sendo vítima "de uma das mais brutais campanhas de

desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal". Sendo "sabidamente riquíssima", a floresta amazônica estaria sendo alvo de uma "campanha [apoiada por instituições internacionais e] escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil".

Mencionando-se a liderança brasileira "em conservação de florestas tropicais" e a detenção da "matriz energética mais limpa e diversificada do mundo", o presidente negou a ocorrência de incêndios no interior da Amazônia, devido à característica úmida da floresta, e afirmou que os focos "acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas" (DISCURSO, 2020). Por conseguinte, "os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação", por meio de uma "política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes".

Valendo-se da extensão territorial da Amazônia ("maior que toda a Europa Ocidental") e do Pantanal ("área maior que muitos países europeus"), o chefe de Estado justificou também "a dificuldade em combater, não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria" (DISCURSO, 2020). Todavia, estava-se "ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas". Referente ao Pantanal, o presidente ainda atribuiu as queimadas à "alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição".

A questão ambiental em zonas costeiras também foi mencionada pela primeira vez por Bolsonaro na AG/NU, começando pelo Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar¹⁴ (PNCLM) [erroneamente denominado de "Programa" no discurso] — o qual foi "um dos primeiros a serem lançados no mundo" e que criou "uma estratégia para os nossos 8.500 quilômetros de costa" (DISCURSO, 2019). Na mesma perspectiva do antecessor (Temer), criticou-se o protecionismo, que, na COP 25¹⁵, teria impedido a proposta brasileira de regulamentação dos "artigos do Acordo de Paris que permitiriam o estabelecimento efetivo do mercado de carbono internacional". Frisou-se, ainda, que, "em 2019, o Brasil foi vítima de um criminoso derramamento de óleo venezuelano, vendido sem controle, acarretando severos danos ao meio ambiente e sérios prejuízos nas atividades de pesca e turismo". O Governo Federal considerou a importância do respeito à "liberdade de navegação estabelecida na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar" (CNUDM), no entanto, conforme o chefe de Estado, "as regras de proteção ambiental devem ser respeitadas e os crimes devem ser apurados com agilidade, para que agressões como a ocorrida contra o Brasil não venham a atingir outros países".

Em 2021, poderia ter sido comemorado quatro décadas de progressos obtidos por meio da "Lei Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981", que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em pleno regime civil-militar. Hoje, o principal obstáculo

¹⁴ Lançado no Dia Mundial da Água, em 22 de março de 2019, simultaneamente em Santos e Ilhabela (São Paulo), o PNCLM integrou "uma das metas nacionais prioritárias da Agenda de 100 dias do Governo Federal e representa a primeira fase de uma Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana" (BRASIL, 2019, p. 6).

¹⁵ Realizada em Madri, de 2 a 13 de dezembro de 2019.

para a política ambiental, segundo Bocuhy (2021), é "o próprio governo federal novamente sob influência militar. Gerido por um ex-capitão e um general, o governo abriga em seus quadros cerca de 6.000 militares, em posições-chave que vão de ministérios a estatais", sem competência técnica sobre os temas cujas agendas comandam.

No dia 12 de julho de 2021, em reunião no Ministério da Agricultura, o diretor do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Miguel Ivan Lacerda de Oliveira, informou que o Governo excluiu o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), da função de difundir alertas de incêndios no país. Há décadas, o órgão federal divulgava "diariamente dados técnicos sobre o avanço do fogo, ferramenta crucial para orientar o combate às chamas e estimar o volume queimado em cada região" (BORGES, 2021, p. A16). Desde então, o INMET, pertencente ao MAPA, estaria encarregado de divulgar informações sobre as queimadas. No que se refere aos entraves da gestão presidencial Bolsonaro para fiscalização ambiental na Amazônia, "em 2019 e 2020, a média de processos com multas pagas por crimes que envolvem a vegetação nos Estados da Amazônia Legal despencou 93% na comparação com a média dos quatro anos anteriores" (MARQUES, 2021, p. A11). Conforme levantamento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a "média de infrações quitadas ao ano caiu de 688, de 2014 a 2018, para 44 em 2019 e 2020". O mau desempenho é explicado pela "centralização de decisões e a burocratização de processos".

Pouco mais de uma semana antes da LXXVI AG/NU, em 13 de setembro de 2021, durante a XLVIII sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra (Suíça), a Organização das Nações Unidas incluiu o Brasil e outros 39 países em uma lista de "locais que despertam o alerta internacional" devido à crítica situação dos direitos humanos (CHADE, 2021a). No discurso proferido por Verónica Michelle Bachelet Jeri, alta comissária da ONU para esta questão e ex-presidente do Chile, "alertou sobre a lei antiterrorismo que está sendo avaliada no Brasil e aponta que, da forma que foi proposta, o texto ameaça ativistas de direitos humanos e entidades da sociedade civil". Igualmente, os povos indígenas, especialmente os Yanomami, estavam sofrendo abusos por parte do próprio Estado brasileiro.

A chegada de Bolsonaro para a LXXVI AG/NU na sede da ONU foi acompanhada de "uma reputação destruída" em um "clima de completa desconfiança e irritação diante de suas políticas" (CHADE, 2021b). Tanto nos corredores das Nações Unidas quanto em "reuniões informais ou conversas sigilosas entre atores da cena internacional", mencionar Bolsonaro era "a garantia de ouvir dos interlocutores estrangeiros reclamações, denúncias e ironias, nem todas elas finas". O discurso do presidente brasileiro na tribuna, conforme a mídia, construiu narrativa de um "mundo paralelo" (CHIARETTI, 2021; VECCHIO, 2021), devido ao teor falacioso das afirmações (DIAZ, 2021; LONDOÑO, 2021; PHILLIPS, 2021a; REALITY CHECK TEAM, 2021; TOUEG, 2021). Bucci (2021, p. A2) analisa que, "em meio a mentiras ofensivas, distorções estúpidas e apologia de fármacos abstrusos, a saraivada de despautérios não convenceu ninguém e constrangeu o mundo inteiro".

Consequentemente, "aos conterrâneos do orador – dito mito, mas, de fato, mitômano – só restou engolir a humilhação"¹⁶.

As palavras com maior peso neste pronunciamento foram: I. Brasil, com 16 menções; II. Governo, com dez; III. Bilhões, milhões, mundo e Estados Unidos, com seis; IV. Países, com cinco; e V. História, investimentos, liberdade, país e tratamento, com quatro menções (WERNECK, ALVES e DIAS, 2021). Menos direto ao atacar a mídia, em comparação ao discurso de 2019, o presidente exclamou no início: "Venho aqui mostrar o Brasil diferente daquilo publicado em jornais ou visto em televisões" (PALAVRAS, 2021). Dentre outros temas, Bolsonaro defendeu o cientificamente comprovado ineficaz tratamento precoce para a *COVID-19* (STRUCK, 2021); apoiou a vacinação e opôs-se à obrigação do "passaporte sanitário ou a qualquer obrigação relacionada a [sic] vacina"; mostrou-se apoiador da reforma do Conselho de Segurança da ONU, onde afirmou buscar um assento permanente; exaltou sua 'eficaz' gestão no controle da pandemia e os efeitos negativos na economia; e enfatizou o alto número de empregos formais mantidos em 2020 na comparação com dezembro de 2019, devido "programas de manutenção de emprego e renda que nos custaram cerca de US\$ 40 bilhões" (PALAVRAS, 2021).

Frente às duas décadas do ataque terrorista ao World Trade Center, o presidente reiterou o "repúdio ao terrorismo em todas suas formas". Versando sobre os atos de apoio popular à sua gestão em 7 de setembro¹⁷, o presidente relatou que "milhões de

¹⁶ Além do pronunciamento na LXXVI AG/NU, a viagem de Bolsonaro e sua comitiva para participação também gerou pautas para a imprensa (MISHRA, 2021; TIMSIT, 2021; PHILLIPS, 2021b). O presidente foi o único líder do G20 a declarar que optou pela não imunização contra o *SARS-CoV-2* e, portanto, devido às restrições implementadas pelo governo da cidade de Nova Iorque, teve que fazer as refeições na rua, como ilustrado por meio de uma fotografia publicada pelo ministro do Turismo, Gilson Machado Guimarães Neto. Na imagem que circulou pelo mundo, o chefe do Estado brasileiro aparece junto a outros ministros comendo pizza em pé, em um estabelecimento ao ar livre e sem mesas, localizado há poucas quadras do hotel onde esteve hospedado (BALAGO, 2021; BOLSONARO, 2021b).

¹⁷ Manifestações contrárias e favoráveis ao governo de Bolsonaro ocorreram em várias cidades do país no Dia da Independência (7 de setembro), tendo em vista que o "presidente acirrou as tensões ao convocar os atos pró-governo, com pauta antidemocrática, com ameaças aos ministros do Supremo e ao Congresso" (7 DE SETEMBRO, 2021). Estes atos ocorreram em contexto de embates entre o presidente e o STF e "de queda na popularidade e nas avaliações sobre a administração Bolsonaro – e de uma acentuada crise econômica". De um lado, apoiadores da gestão "intensificaram os chamados para os atos após a rejeição da PEC [Proposta de Emenda Constitucional] do voto impresso – uma demanda dos bolsonaristas diante de supostas fraudes nas eleições, sobre as quais não há indícios e cujas provas o próprio presidente admitiu não existirem". Em direção oposta, "diante de quase 600 mil mortos na pandemia de Covid-19, aumento de preços, do desemprego e da fome", houve protestos de repúdio do governo – pedindo-se a saída de Bolsonaro da presidência – e à "escalada da crise institucional e econômica".

Em discurso proferido na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e na Avenida Paulista, em São Paulo, o chefe do Estado brasileiro disparou uma série de ameaças ao STF e à democracia, classificando "as eleições de "farsa", disse que só sai da presidência "preso ou morto" e exaltou a desobediência à Justiça" (AS AMEAÇAS, 2021). Posteriormente, o presidente delegou as colocações golpistas ao "calor do momento", o qual, conforme Hatoum (2021), causou "calafrios" e não foi "nada momentâneo, pois os discursos autoritários de Jair datam de seus verdes anos". Sucumbindo à repercussão negativa dos pronunciamentos, dois dias depois, em 9 de setembro, Bolsonaro divulgou o 'manifesto de pacificação' intitulado "Declaração à Nação", o qual foi escrito pelo ex-presidente Temer (BOLSONARO, 2021a). No texto, afirma-se: "Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre

brasileiros, de forma pacífica e patriótica, foram às ruas, na maior manifestação de nossa história, mostrar que não abrem mão da democracia, das liberdades individuais e de apoio ao nosso governo" (PALAVRAS, 2021). Também foi dito que o país estava vivendo "novos tempos", obtendo "um dos melhores desempenhos entre os emergentes" no plano econômico, além de o governo ter recuperado a credibilidade externa, apresentando-se "como um dos melhores destinos para investimentos". Novamente, ao contrário dos discursos de 7 de setembro de 2021, Bolsonaro finalizou dizendo: "É aqui, nesta Assembleia Geral, que, vislumbramos um mundo de mais liberdade, democracia, prosperidade e paz. Deus abençoe a todos".

Uma vez mais, no que se refere aos povos indígenas, o chefe do Estado brasileiro defendeu a integração destes ao restante da sociedade, declarando que "14% do território nacional, ou seja, mais de 110 milhões de hectares, uma área equivalente a Alemanha e França juntas, é destinada às reservas indígenas". Naquelas regiões, conforme o presidente, "600.000 índios vivem em liberdade e cada vez mais desejam utilizar suas terras para a agricultura e outras atividades" (PALAVRAS, 2021). Quanto à pauta ambiental, Bolsonaro retratou o Brasil como referência internacional em políticas públicas para o meio ambiente: "Nenhum país do mundo possui uma legislação ambiental tão completa. Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para outros países" (PALAVRAS, 2021).

Portanto, de acordo com este discurso, "o futuro do emprego verde está no Brasil: energia renovável, agricultura sustentável, indústria de baixa emissão, saneamento básico, tratamento de resíduos e turismo" (PALAVRAS, 2021). Referente à proteção das florestas, o chefe de Estado declarou que o país possui "dimensões continentais, com grandes desafios ambientais", e que a "moderna e sustentável agricultura de baixo carbono alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo e utiliza apenas 8% do território nacional". O presidente enfatizou que de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, "66% são vegetação nativa, a mesma desde o seu descobrimento, em 1500", e que 84% da floresta amazônica "está intacta, abrigando a maior biodiversidade do planeta. Lembro que a região amazônica equivale à área de toda a Europa Ocidental".

Reputando as graves dissonâncias entre fatos e narrativas demonstradas pela mídia, é imprescindível firmar-se na primazia da realidade para compreender algumas razões concretas pelas quais os discursos de Bolsonaro foram falaciosos. Desconsiderou-se que, de agosto de 2019 a julho de 2020, "o desmatamento da Amazônia teve uma alta de 9,5%", o maior índice desde 2008 e o equivalente a 7,2 vezes à área da cidade de São Paulo (GIRARDI, 2020a, p. A13). Conforme estimativa do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES), sistema do INPE, "a devastação da floresta alcançou 11.088 km², ante os 10.129 km² registrados nos 12 meses anteriores, que também já haviam sido recordes". No tocante ao Pantanal, 2020 foi o ano com "o maior número de incêndios desde 1998", somando-se apenas os focos de 1º de janeiro a meados de setembro daquele ano, com 1,7 milhão de hectares destruídos (BORGES, 2020, p. A10).

eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar" (NOTA OFICIAL, 2021). As palavras, segundo Soares e Trindade (2021), abaixaram, por um momento, "a temperatura da crise institucional, estimulada por Bolsonaro, e também capitalizou o papel de apaziguador para reposicionar a própria imagem".

Segundo o INPE, em menos de nove meses, o bioma chegou a ter 16 mil focos, tendo uma média de 60 por dia. Antes, o recorde foi de 12,5 mil em 2002. Já em 2021, mesmo que a média geral das queimadas estivesse estabilizada, algumas regiões tiveram "elevação preocupante no número de incêndios" (JUNIOR, 2021, p. A19). De acordo com dados do INPE, o bioma mais afetado foi a Caatinga, "com aumento de 157% nos focos de incêndio na comparação de janeiro a agosto" de 2020. O Cerrado e a Mata Atlântica também sofreram com o aumento da devastação, sendo de 33% e 28%, respectivamente.

Os biomas brasileiros sofreram com o avanço dos incêndios e o combate aos focos foi dificultado em razão das restrições orçamentárias de órgãos ambientais (BORGES, 2021, p. A16). Registrando o maior número para o mês de junho desde 2007, conforme dados do INPE, a Amazônia teve 2.308 focos de queimadas, sendo 66,5% no Mato Grosso, 18,4% no Pará e 5,7% em Rondônia. O Cerrado, por sua vez, teve 4.181 focos no mesmo mês, aproximadamente 20% a mais do que no mesmo mês do ano anterior. Em meio urbano, a cidade de São Paulo registrou, na data de 24 de agosto de 2021, o "nível "péssimo" de qualidade do ar pela primeira vez desde 1996" (RE, 2021, p. A19). Tal índice foi constatado na estação de Perus, localizada na zona noroeste da capital, tendo estado diretamente vinculado ao incêndio que atingiu o Parque Estadual do Juquery dias antes, em 22 de agosto. Até aquele momento, 65% da área correspondente à unidade protegida foi consumida e, mesmo com o controle do fogo, a qualidade do ar não foi considerada satisfatória, havendo apenas uma leve melhora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já nos governos de Sarney, Collor e Cardoso, conforme observado neste trabalho, a partir da implementação de políticas públicas internas, os discursos presidenciais brasileiros sobre meio ambiente, seja na AG/NU ou em outros espaços de ampla visibilidade, visavam comutações no cenário externo. As falas proferidas eram adaptadas às especificidades e expectativas dos países desenvolvidos em cada período, enfatizando-se atributos nacionais vendáveis ao sistema internacional. Em geral, os pronunciamentos na tribuna construíram discursos e narrativas capazes de projetar uma imagem atraente do Brasil aos demais Estados-membros da ONU e ao mundo, via repercussão midiática. Ou seja, por terem sido meras projeções, as descrições não necessariamente condiziam com a realidade do país, o qual ainda apresenta ausência de um instrumento legal contendo diretrizes, objetivos e instrumentos para ação externa — o que geraria pautas a serem tratadas em um processo decisório com outras instâncias e resultaria em ações concretas, sustentadas em negociações no plano internacional, mesmo para tratativas de caráter bilateral.

Constatou-se que, à luz das gestões de Lula e de Rousseff, o equilíbrio ecológico se fundamenta na sobreposição da questão social sobre a proteção ambiental — a qual era vista como consequência de uma 'exitosa' promoção de justiça social e econômica. Percebeu-se que, a partir do Governo Temer, as políticas públicas ambientais e a inserção brasileira na agenda internacional de meio ambiente começaram a enfraquecer — o que foi intensificado no governo de Bolsonaro, sobretudo, devido ao seu *modus operandi* antidemocrático, autoritário e negacionista científico. Nos últimos anos, com a ascensão de governantes totalitários neoliberais da extrema direita, países como o Brasil (gerido por Bolsonaro), a Colômbia (sob gestão de Iván Duque Márquez) e os

Estados Unidos da América (no governo de Trump) atuaram em desfavor das institucionalidades ambientais, educacionais, sanitárias e sociais.

Imerso no cenário de descompromisso com acordos e tratados multilaterais firmados sob a égide das Nações Unidas, o Brasil redemocratizado, em aproximadamente três décadas, passou a integrar a onda mundial de ataques populares e governamentais à democracia, desonrando décadas de lutas, responsáveis pela conquista de direitos civis, políticos e sociais, além do protagonismo do país na agenda ambiental internacional. É imprescindível ressaltar que o posicionamento do governo Bolsonaro no plano internacional subverteu o legado das diplomacias anteriores, pois, visivelmente, preconizou atender às expectativas da base eleitoral, de apoiadores no âmbito interno, afastando quaisquer possibilidades de ganhos a partir da atuação externa.

Embora não tenha sido abordada em profundidade a perspectiva do Estado brasileiro no início da agenda ambiental internacional, na década de 1970, é profícuo observar que o Governo Bolsonaro, até determinado ponto, equipara-se à visão do período ditatorial civil-militar. Sem embargo, os discursos e práticas chegam a ser ainda mais nocivos no tocante à proteção do meio ambiente, em virtude do negacionismo científico. Na época da Conferência de Estocolmo, o Governo Federal admitia a necessidade desta pauta, atribuindo a maior parte da responsabilidade pelo colapso ambiental às nações do eixo Norte e combatendo os considerados 'empecilhos' para o contínuo crescimento econômico do Sul global. Perante à primazia da realidade, a qual impreterivelmente conduz a ciência e a imprensa, verifica-se que as declarações falaciosas nos pronunciamentos de Bolsonaro na tribuna da AG/NU não foram convincentes para os governos comprometidos com a pauta de meio ambiente, desfavorecendo a reputação do país. Constitui-se, portanto, uma salvaguarda contra a desinformação a partir da ubiquidade da informação, tanto secreta quanto pública, na *internet*.

Foi possível constatar que o percurso de busca por soluções para a crise civilizatória tem passado ora por momentos de tendência ao progresso ora por tendência à regressão. Remetendo ao movimento pendular da política interna brasileira, observado por Avritzer (2019), pode-se afirmar que o processo de transição para sociedades ecologicamente equilibradas se manteve ininterrupto desde o século XX, dada a acentuação da crise ambiental, apesar de não progredir na mesma intensidade ao longo do tempo. Baseado nos constatados avanços e retrocessos, entretanto, é seguro afirmar que, em algum momento, o Estado brasileiro voltará a priorizar a pauta supracitada, em maior ou menor intensidade.

Não obstante, a maior problemática é o provável abeiramento de um cenário global de impossibilidade para reparação dos danos causados pelo desmatamento, sobretudo, na Amazônia. Os prejuízos da confluência espiralada entre desflorestação, crise hídrica e mudanças climáticas se acentuam a cada ano no território nacional, catalisando impactos negativos nos âmbitos ambiental, econômico, educacional, sanitário e social. Posteriormente, as políticas públicas desmontadas terão que ser reconstituídas em alguma medida, ao invés de seguirem seus fluxos de avanço, mesmo que irregulares — o que era almejado em décadas de lutas por estas institucionalidades.

Muito presente nos diálogos internacionais, a questão da soberania deve, portanto, sucumbir à cooperação multilateral dos países-membros da ONU. Resolver a questão ambiental tange ao transpasse de um problema compartilhado entre as

sociedades humanas e as demais comunidades de vida no planeta Terra, ainda que haja "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", conforme o princípio estabelecido em documentos assinados desde o advento da Rio-92. São alguns exemplos a "Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima" (1992), a "Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" (1992) e a "Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): O Futuro que Queremos" (2012).

Embora a seguinte reflexão não seja o foco da presente análise, é *conditio sine qua non* pontuar que as medidas acordadas entre os Estados para a restauração do equilíbrio planetário vêm demonstrando ineficácia e insuficiência. As soluções edificadas no paradigma de desenvolvimento sustentável implicam na manutenção do *status quo* do predominante agir humano antropocêntrico, sobrepondo-se às demais formas de vida, e do posterior enraizamento do sistema econômico capitalista, que incentivou insustentáveis modos de produção e de consumo. Mencionam-se como exemplos a indústria da carne, a qual reproduz e confina animais em condições deploráveis para abate, as perdas de vegetação nativa provocadas pelo agronegócio, o extrativismo de elementos naturais em ritmos incompatíveis com o tempo orgânico de recuperação do meio ambiente e a emissão de gases poluentes pelas indústrias e meios de transportes movidos a combustão. O *modus operandi* centrado no ser humano se explicita também na fundante "Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano" (1972) e nos subsequentes documentos assinados ao longo das cinco décadas de trajetória da agenda ambiental internacional.

Logo, resolver o cerne da crise civilizatória implica na desestruturação do sistema centro-periferia, de desigualdade socioeconômica entre o Norte e o Sul global, e na construção de sistemas econômicos, políticos e sociais biocêntricos e pós-capitalistas, adequados às realidades locais de cada país e arraigados na busca por um planeta ambientalmente equilibrado já no presente, com reflexos no futuro. Questiona-se, entretanto, se esta é uma realidade de possível concretização ou uma utopia. Grande parte dos ecossistemas humanos, precipuamente aqueles inseridos na globalização, apresenta vida cultural, educativa, política, produtiva e social incitante à acumulação do capital, à competitividade, à lógica mercadológica e utilitarista e, portanto, ao individualismo em detrimento de valores éticos. Há um sem-número de desafios sendo debatidos na ONU, onde prima-se pelo consenso a partir do estabelecido poder de veto.

Contudo, é evidente que a política externa de cada Estado se funda em interesses próprios, muitos dos quais são postos como inegociáveis. Parte destes entraves apareceram durante os preparativos para a COP 26 da CQNUMC, realizado de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021, em Glasgow (Escócia). A gestão presidencial de Bolsonaro se posicionou contra as recomendações do sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, um dos relatórios da ONU que viria a subsidiar o encontro. Em mensagens encaminhadas ao órgão, "o Brasil se opôs a recomendações para reduzir o consumo de carne no mundo, defendeu a produção de biocombustíveis e rebateu críticas à política ambiental do governo" (COP26, 2021). Já a Austrália e a Suíça se opuseram a aportar recursos financeiros às nações em desenvolvimento, conforme acordado na COP 15, em 2009. Sem embargo, ainda não houve o cumprimento desta meta.

Documentos disponibilizados à BBC ainda mostraram que organizações e países como a Arábia Saudita e a Austrália argumentaram que não era necessária a rápida redução da dependência em combustíveis, de acordo com a recomendação do IPCC. O primeiro referido Estado está entre os maiores produtores de petróleo, enquanto o segundo alimenta grande parte da economia exportando carvão. Várias nações argumentaram que tecnologias ainda caras de captura e armazenamento de carbono (CCS, do inglês *carbon capture and storage*) são capazes de reduzir significativamente as emissões de combustíveis fósseis provenientes de usinas de energia e de alguns setores industriais. Grandes produtores e importadores de combustíveis fósseis (Arábia Saudita, Austrália, China e Japão), além da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) foram favoráveis aos aparatos projetados para captura e armazenagem permanente de dióxido de carbono no subsolo.

REFERÊNCIAS

7 DE SETEMBRO tem protestos a favor e contra o governo Bolsonaro. **G1**, Rio de Janeiro, 7 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/7-de-setembro-tem-protestos-a-favor-e-contra-o-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2021.

AFP. Dilma condena uso generalizado da força na ONU. **UOL Notícias**, São Paulo, 24 set. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2014/09/24/dilma-condena-uso-generalizado-da-forca-na-onu.htm>. Acesso em: 6 set. 2021.

AGUIAR, Moniza Heinzelmann Portella de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa; CARDOSO, Nayara Tavares. O discurso ambiental brasileiro e a transformação do conceito de soberania: uma análise de Estocolmo à Rio+20. *In: Estudos Internacionais*: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2015. p. 141-164. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8893>. Acesso em: 3 ago. 2021.

ALIUS, John. Preocupação com a paz marca pronunciamentos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1982.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Miséria da diplomacia**: a destruição da inteligência no Itamaraty. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma certa ideia do Itamaraty**: a reconstrução da política externa e a restauração da diplomacia brasileira. Brasília: Diplomattizando, 2020.

AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Método, 2014.

AQUINO, Yara. Brasil não tem "problemas estruturais graves", diz Dilma em discurso na ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 28 set. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-09/brasil-nao-tem-problemas-estruturais-graves-diz-dilma-em-discurso-na-onu>. Acesso em: 6 set. 2021.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Roberto Raposo (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AS AMEAÇAS de Bolsonaro em discursos no 7 de Setembro. **BBC News Brasil**, Londres, 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>. Acesso em: 6 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE. **Cronologia de um desastre anunciado**: Ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. Brasília: Ascema Nacional, 2021.

AUGUSTO, Sérgio. 20+20 = zero. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 24 jun. 2012. p. J3.

AUTORIDADES precisam salvar a Rio+20 da falta de ambição. **WWF Brasil**, Brasília, 19 jun. 2012. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?31687/Autoridades-precisam-salvar-a-Rio-20-da-falta-de-ambio>. Acesso em: 9 set. 2021.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.

BACKES, Uwe. *Political Extremes: A conceptual history from antiquity to the present*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 45, vol. 2, 2002. p. 135-146.

BALAGO, Rafael. Bolsonaro evita exigência de vacina em restaurantes ao comer pizza na rua. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/09/bolsanaro-evita-exigencia-de-vacina-em-restaurantes-ao-comer-pizza-na-rua-em-nova-york.shtml>. Acesso em: 4 out. 2021.

BARRUCHO, Luis. 'Nuvem de palavras': os termos mais usados por presidentes brasileiros em discursos na ONU desde 1982. **BBC News Brasil**, Londres, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49817017>. Acesso em: 8 set. 2021.

BAUER, Michael W.; JORDAN, Andrew; GREEN-PEDERSEN, Christoffer; HÉRITIER, Adrienne. *Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BERG, Ryan C. *A Hemisphere Safe for Democracy: Reflections on the State of Democracy Nearly Two Decades After the Inter-American Democratic Charter*. Washington: American Enterprise Institute, 2021a.

BERG, Ryan C. **Rompendo um ciclo vicioso**: Primeiro comando da capital e a ameaça emergente oriunda das prisões no Brasil. Washington: AEI, 2020.

BERG, Ryan C. *Statement before the U.S.-China Economic and Security Review Commission*: "China in Latin America and the Caribbean." Washington: CSIS, 2021b.

BERG, Ryan C; BRANDS, Hal. *The Return of Geopolitics: Latin America and the Caribbean in an Era of Strategic Competition*. Miami: JGI, 2021.

BETIM, Felipe; MARREIRO, Flávia. O discurso de Bolsonaro na ONU, analisado e confrontado com dados. **El País**, São Paulo, 25 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250_255091.html. Acesso em: 8 set. 2021.

BOCUHY, Carlos. Brasil, de líder à pária internacional do meio ambiente. **((o))eco**, Rio de Janeiro, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/colunas/brasil-de-lider-a-paria-internacional-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, set. 2013. p. 31-38.

BOLSONARO divulga 'Declaração à Nação' e diz que não teve 'intenção de agredir' poderes. **G1**, Rio de Janeiro, 9 set. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/09/bolsonaro-divulga-texto-sobre-crise-institucional.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2021.

BOLSONARO é único dos presidentes do G20 sem vacina na Assembleia Geral da ONU. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 set. 2021b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58604456>. Acesso em: 4 out. 2021.

BORGES, André. Com 60 focos por dia, Pantanal tem o maior número de incêndios desde 1998. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 set. 2020. p. A10.

BORGES, André. Governo passa do Inpe para Agricultura divulgação de dados sobre incêndios. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 jul. 2021. p. A16.

BRASIL pede na ONU "um mundo novo". **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 set. 1982. p. 1.

BRASIL. **Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana**: Plano de Combate ao Lixo no Mar. Brasília: MMA, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n^o 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Convenção sobre Mudança do Clima**. Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil (ed. e trad.). Brasília: C&T, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC – Brasil**. Brasília: Governo Federal/Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Modelos de estado desenvolvimentista. *In: Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*, n. 412, fev. 2016. São Paulo: FGV-EESP, 2016.

BRITO, Sávio Breno Pires; BRAGA, Isaque Oliveira; CUNHA, Carolina Coelho; PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Iukary. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. *In: Vigilância Sanitária em Debate*, vol. 8, n. 3, abr./jun. 2020. p. 54-63. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BROWN, Wendy. *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2019.

BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins. A inserção do tema “meio ambiente” na agenda internacional. *In: MENEZES, Wagner (coord.). Estudos de Direito Internacional - Volume XIV*: anais do 6^o Congresso de Direito Internacional. Curitiba: Juruá, 2008. p. 79-89.

BUCCI, Eugênio. O pior negacionismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 2021. p. A2.

CAGLIARI, Arthur. Na contramão de proposta liberal, governo Bolsonaro adota medidas protecionistas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/na-contramao-de-proposta-liberal-governo-bolsonaro-adota-medidas-protecionistas.shtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

CAMBRICOLI, Fabiana. OMS decreta emergência global por coronavírus; China tem 213 mortos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 de janeiro de 2021. p. A16.

CARDOSO, Fernando Henrique. LVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2001. In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 681-687.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e; FARIAS, Déborah Barros Leal. *Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order*. In: **Cambridge Review of International Affairs**, 2021. p. 1-21.

CASARÕES, Guilherme; FLEMES, Daniel. *Brazil First, Climate Last: Bolsonaro's Foreign Policy*. In: **GIGA Focus | Latin America**, n. 5, set. 2019. p. 1-13.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Joana Angélica d'Avila Melo (trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. In: **Revista Brasileira Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, 2003. p. 5-25.

CHADE, Jamil. Às vésperas de viagem de Bolsonaro, ONU denuncia abusos no Brasil. **UOL**, São Paulo, 13 set. 2021a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/13/onu-critica-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

CHADE, Jamil. Mal-estar sobre cúpula envolveu países da UE. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2012a. p. H3.

CHADE, Jamil. Ridicularizado, Bolsonaro é alvo de avalanche de denúncias na ONU. **UOL**, São Paulo, 20 set. 2021b. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/20/ridicularizado-bolsonaro-e-alvo-de-avalanche-de-denuncias-na-onu.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral&fbclid=IwAR0g-5i34pnzmOc5Er3C8dyxohvYHuVTFNuP69FWgmg16YkKHrFuvoggFW4. Acesso em: 4 out. 2021.

CHADE, Jamil. *WikiLeaks*: EUA tentaram adiar Rio+20. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2012b. p. H3.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2017.

CHIARETTI, Daniela. Brasil apresentado por Bolsonaro na ONU só existe em seu mundo paralelo. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 set. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/09/22/brasil-apresentado-na-onu-so-existe-em-seu-mundo-paralelo.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2021.

COLLOR, Fernando. XLV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1990. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. p. 519-529.

COLLOR, Fernando. XLVI Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1991. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007b. p. 535-546.

COP26: As críticas do Brasil a relatório da ONU crucial para conferência sobre mudanças climáticas. **BBC News Brasil**, Londres, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58928120>. Acesso em: 21 out. 2021.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. *In*: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p. 53-77.

CHAUI, Marilena. Breve história da democracia. *In*: CHAUI, Marilena; MAZZEO, Antonio Carlos; FONTES, Virgínia; MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia em colapso? - Curso A democracia pode ser assim**: História, formas e possibilidades. São Paulo: Boitempo/Sesc São Paulo, 2019. p. 9-13.

CHAUI, Marilena. O totalitarismo neoliberal. *In*: **Anacronismo e Irrupción**: Revista de Teoría y Filosofía Política Clássica y Moderna, vol. 10, n. 18, maio/out. 2020. p. 307-328.

DANTAS, Fernando. Brasil pressiona e líder da ONU recua. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2012. p. H4.

DIAZ, Jaclyn. *Brazil's Jair Bolsonaro Remains Defiant On COVID-19 And The Environment At The U.N.* **NPR**, Washington, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www.npr.org/2021/09/22/1039540502/brazils-bolsonaro-on-covid-environment-at-the-un>. Acesso em: 5 out. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral [sic] das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 4 set. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, 2008. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 4 set. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura do debate geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 5 set. 2021.

DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 5 set. 2021.

DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas. **Biblioteca da Presidência da República**, 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 5 set. 2021.

DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA. **Biblioteca da Presidência da República**, 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 6 set. 2021.

DISCURSO da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). **Biblioteca da Presidência da República**, 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 6 set. 2021.

DISCURSO da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA. **Biblioteca da Presidência da República**, 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 6 set. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU – Nova York, 19 de setembro de 2017. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 19 set. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 7 set. 2021.

DISCURSO do Presidente Michel Temer na abertura do Debate Geral da 73ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. **Ministério das Relações Exteriores**,

Brasília, 25 set. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 7 set. 2021.

DISCURSO do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas – Nova York, 24 de setembro de 2019. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 8 set. 2021.

DISCURSO do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 9 set. 2021.

DUARTE, Hélder. Dilma Rousseff faz discurso na ONU e fala sobre atual situação do Brasil. **G1**, Rio de Janeiro, 28 set. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/09/dilma-rousseff-faz-discurso-na-onu-e-fala-sobre-atual-situacao-do-brasil.html>. Acesso em: 6 set. 2021.

ENERGIA renovável chega a quase 50% da matriz energética brasileira. **Governo Federal**, Brasília, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2021/08/energia-renovavel-chega-a-quase-50-da-matriz-eletrica-brasileira-1>. Acesso em: 26 out. 2021.

FARIAS, Everton; MATOS, Giovana; LEITE, Letícia; FRANCO, Luiz; LAGOSTA, Pedro; MARTINS, Rafaela; AZZI, Diego Araujo. De referência a pária - A tragédia da diplomacia ambiental no governo Bolsonaro. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; Tatiana Berringer (org.). **As bases da política externa bolsonarista**: relações internacionais em um mundo em transformação. Santo André: Editora UFABC, 2021. p. 75-86.

FERRANTE, Lucas; DUCZMAL, Luiz; STEINMETZ, Wilhelm Alexander; ALMEIDA, Alexandre Celestino Leite; LEÃO, Jeremias; VASSÃO, Ruth Camargo; TUPINAMBÁS, Unai; FEARNSSIDE, Philip Martin. *How Brazil's President turned the country into a global epicenter of COVID-19*. In: **Journal of Public Health Policy**, vol. 42, 2021. p. 439-451.

FERREIRA, Lilian. Rio+20: mesmo com críticas, líderes não alteram documento pouco ambicioso, mas de consenso. **UOL**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2012/06/22/mesmo-com-criticas-da-sociedade-lideres-nao-alteram-documento-da-rio20-pouco-ambicioso-mas-de-consenso.htm>. Acesso em: 9 set. 2021.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa: Volume 1.** São Paulo: Saraiva, 2011.

FIGUEIREDO, João. XXXVII Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1982: Presidente João Figueiredo. *In: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 405-416.

FORMENTI, Lígia. ONU definirá metas sustentáveis para os países. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 jul. 2014. p. A15.

GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

GERTH, H. H.; MILLS, Wright. **Max Weber: Ensaio de Sociologia.** Waltensir Dutra (trad.). 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GIRARDI, Giovana. Desmate na Amazônia é o maior desde 2008. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 dez. 2020a. p. A13.

GIRARDI, Giovana. Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo coronavírus. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 mar. 2020b. p. A18.

GIRARDI, Giovana; CHADE, Jamil. ONU lança metas para mundo ser mais sustentável. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 2015. p. A16.

GRAY, John. **Falso Amanhecer: Os equívocos do capitalismo global.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador e novos extrativismos: As ambivalências do progressismo sul-americano. *In: Nueva Sociedad especial em português*, set. 2013. p. 57-75.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira e. *Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment.* *In: International Affairs*, vol. 97, n. 2, 2021. p. 345-363.

HATOUM, Milton. Sair das trevas, derrotar a barbárie. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2021. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,sair-das-trevas-derrotar-a-barbarie,70003842117>. Acesso em: 17 set. 2021.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Marcos Santarrita (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORA de afirmação e cobrança. **Em Discussão!:** Revista de audiências públicas do Senado Federal, Ano 3, n. 11, jun. 2012. p. 42-46.

JESUS, Maria Paula Heck de; BARROS, Antonio Teixeira de. Estratégias discursivas de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU em 2020. *In: Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr./ago. 2021. p. 274-305. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/41353>. Acesso em: 8 set. 2021.

JIMÉNEZ, Carla. Renca: Temer revoga polêmico decreto que ameaça reservas da Amazônia. *El País Brasil*, São Paulo, 26 set. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/25/politica/1506372008_097256.html. Acesso em: 9 jun. 2021.

JORNAL DA USP NO AR. Parecer de juristas à CPI aponta possíveis crimes do governo federal durante pandemia. *Jornal da USP*, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/parecer-de-juristas-a-cpi-aponta-possiveis-crimes-do-governo-federal-durante-pandemia/>. Acesso em: 12 out. 2021.

JUNIOR, Gonçalo. Caatinga é o bioma mais afetado por incêndios. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 2021. p. A19.

KISSINGER, Henry. *Ordem mundial*. Cláudio Figueiredo (trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. Carlos Eugênio Marcondes de Moura (trad.). São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAFER, Celso. Antes e depois da Rio-92. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 jul. 2017. p. A2.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Conferências de desenvolvimento sustentável*. Brasília: FUNAG, 2013.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio e Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2007.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Renato Aguiar (trad.). 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; ALMEIDA, Paulo Roberto de; FARIAS, Rogério de Souza. *Oswaldo Aranha: um estadista brasileiro - Volume 1*. Brasília: FUNAG, 2017.

LINDNER, Julia; GIRARDI, Giovana. Sem provas, Bolsonaro liga ONGs a incêndio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 ago. 2019. p. A16.

LISBOA, Marijane Vieira. Agenda ambiental, política externa e diplomacia descentralizada. In: **Estudos Internacionais**: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 1, n. 1, jan./jun. 2013. p. 83-94. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5161>. Acesso em: 3 ago. 2021.

LONDOÑO, Ernesto. *Unvaccinated and defiant, Bolsonaro pushes back against criticism in his U.N. speech*. **The New York Times**, Nova Iorque, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/21/world/americas/bolsonaro-covid-vaccine-un.html>. Acesso em: 5 out. 2021.

MAC, Aissa; ALVES, Rafael. Bolsonaro na ONU: nuvem de palavras compara discursos de 2019 e 2020. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 set. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/09/22/interna_politica,1187901/bolsonaro-na-onu-nuvem-de-palavras-compara-discursos-de-2019-e-2020.shtml. Acesso em: 9 set. 2021.

MACÁRIO, Carol; RÔMANY, Ítalo; MORAES, Maurício; AFONSO, Nathália. Na ONU, Bolsonaro cita dados falsos sobre pandemia e meio ambiente. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 22 set. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/22/bolsonaro-onu-2020/>. Acesso em: 9 set. 2021.

MAITINO, Martin Egon. Populismo e bolsonarismo. In: **Cadernos Cemarx**, n. 13, 17 nov. 2020. p. 1-20. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/13167>. Acesso em: 9 set. 2021.

MARCHAO, Talita. FHC só abriu ONU uma vez; Lula perdeu duas; Bolsonaro estreia nesta terça. **UOL**, São Paulo, 22 set. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/09/22/fhc-so-abriu-onu-uma-vez-lula-perdeu-duas-bolsonaro-estrela-na-terca.htm>. Acesso em: 9 set. 2021.

MARQUES, Júlia. Sob Bolsonaro, nº de multas pagas por crimes ambientais na Amazônia cai 93%. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2021. p. A11.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro diz que ONGs podem estar por trás de queimadas na Amazônia para 'chamar atenção' contra o governo. **G1**, Brasília, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contra-o-governo.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2021.

MENEZES, Roberto Goulart; BARBOSA JR., Ricardo. *Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition*. In: **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, v. 15, 12 ago.

2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12286-021-00491-8>. Acesso em: 9 set. 2021. p. 229-247.

MISHRA, Stuti. *Unvaccinated Brazil leader Jair Bolsonaro to defy jab rules for UN summit in New York*. **The Independent**, Londres, 17 set. 2021. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/jair-bolsonaro-brazil-un-summit-covid-b1922074.html>. Acesso em: 5 out. 2021.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **As grandes linhas da política externa brasileira**. Brasília: CEPAL - Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

MORAES, Marcelo de; POMPEU, Lauriberto; WETERMAN, Daniel. CPI vai investigar governo e repasse federal a Estados. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2021. p. A4.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg (trad.). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NA ONU, Temer diz que impeachment de Dilma respeitou a Constituição. **G1**, Brasília, 20 set. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/temer-discursa-na-abertura-da-71-assembleia-geral-da-onu.html>. Acesso em: 6 set. 2021.

NATION Stands In Disbelief And Horror/Scenes of Explosions and Chaos Shock All of America. **The Wall Street Journal**, Nova Iorque, 12 set. 2001. p. A1; A12.

NOTA OFICIAL - Presidente Jair Bolsonaro - 09/09/2021. **Governo Federal - Governo do Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021>. Acesso em: 6 out. 2021.

O'DONNELL, Guillermo. *El Estado burocrático-autoritario: Triunfos, derrotas y crisis*. 2. ed. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1996.

O'DONNELL, Guillermo. *Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado burocrático-autoritario*. In: **Documento CEDES/G. E. CLACSO/Nº 1**, Buenos Aires, ago. 1975.

O'DONNELL, Guillermo. *Tensiones en el estado Burocrático-autoritario y la cuestión de la democracia*. In: **Documento CEDES/G. E. CLACSO/Nº 11**, Buenos Aires, abr. 1978.

'O QUE eles querem lá?', diz Bolsonaro sobre oferta de ajuda do G7 para Amazônia. **BBC News Brasil**, São Paulo, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49471483>. Acesso em: 9 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio de Janeiro. *In: Estudos Avançados*, v. 6, n. 15, 1992. p. 153-159. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9590>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): O Futuro que Queremos**. Rio de Janeiro: ONU, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) [trad.]. Rio de Janeiro: ONU, 2016.

PAIXÃO, Iêda Lúcia de Souza Carneiro da; BATMANIAN, Garo Joseph; ASSIS, Luiz Fernando Soares de. Aspectos de planejamento ambiental. *In: Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986. p. 591-607.

PALAVRAS do Senhor Presidente da República na abertura do Debate Geral da LXXVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas – 21 de setembro de 2021. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasília, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica>. Acesso em: 5 out. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. Dilma diz na ONU que espionagem fere soberania e direito internacional. **G1**, Rio de Janeiro, 24 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/09/dilma-diz-na-onu-que-espionagem-fere-soberania-e-direito-internacional.html>. Acesso em: 6 set. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. 1 ano de governo Bolsonaro: 6 momentos-chave que revelam guinada na política externa brasileira. **BBC News Brasil**, São Paulo, 2 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50760533>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. Em reunião fechada, países criticam 'falta de ambição' de texto da Rio+20. **G1**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/em-reuniao-fechada-paises-criticam-falta-de-ambicao-de-texto-da-rio20.html>/ Acesso em: 9 set. 2021.

PASSARINHO, Nathalia. O que os discursos de presidentes brasileiros na ONU revelam sobre a posição do Brasil no xadrez internacional. **BBC News Brasil**, São Paulo, 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49804564>. Acesso em: 2 set. 2021.

PASSARINHO, Nathalia; IDOETA, Paula Adamo. Bolsonaro perdeu 'oportunidade de ouro' na ONU com discurso 'belicoso' para agradar base, dizem analistas. **BBC News**

Brasil, Londres e São Paulo, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49801801>. Acesso em: 8 set. 2021.

PEDUZZI, Pedro; AQUINO, Yara. "Brasil é um país de refugiados", diz Dilma na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 28 set. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-09/brasil-e-um-pais-de-refugiados-diz-dilma-na-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 6 set. 2021.

PHILLIPS, Tom. *Bolsonaro vowed to show a new Brazil but 'lie-filled' UN speech cuts little ice*. **The Guardian**, Londres, 21 set. 2021a. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/21/jair-bolsonaro-brazil-un-speech>. Acesso em: 5 out. 2021.

PHILLIPS, Tom. *Jair Bolsonaro plans to flout New York vaccine rules at UN meeting*. **The Guardian**, Londres, 17 set. 2021b. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/sep/17/jair-bolsonaro-covid-vaccine-new-york-un-meeting>. Acesso em: 5 out. 2021.

PIRES, Elson Luciano Silva. A fúria da COVID-19, a desorganização econômica e a intervenção do Estado. In: BURGINSKI, Vanda Micheli; ÁVILA, Heleni Duarte Dantas de; NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do (org.). **Estado, política social e territórios: reflexões sobre a pandemia**. Palmas: EDUFT, 2021. p. 17-34.

PRADO, Michele. **Tempestade ideológica: Bolsonarismo: a alt-right e o populismo iliberal no Brasil**. São Paulo: Ed. Lux, 2021.

PRONUNCIAMENTO do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA. **Biblioteca da Presidência da República**, 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/>. Acesso em: 6 set. 2021.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Berilo Vargas (trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

REALITY CHECK TEAM. *Bolsonaro: Fact-checking claims by the Brazilian leader at UN*. **BBC News**, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/58652461>. Acesso em: 5 out. 2021.

RE, Ítalo Lo. SP registra a qualidade do ar 'péssima'. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2021. p. A19.

SANCHES, Mariana. EUA debatem lei que pode barrar US\$ 500 milhões em exportações do Brasil por desmatamento. **BBC News Brasil**, Washington, 7 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58826789>. Acesso em: 7 out. 2021.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2013.

SARNEY, José. XL Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1985. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. p. 445-459.

SARNEY, José. XLIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas 1989. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007b. p. 505-516.

SHINOHARA, Gabriel; SOARES, Jussara. O fim da sutileza internacional brasileira. **Revista Época - O Globo**, Rio de Janeiro, 27 set. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/mundo/o-fim-da-sutileza-internacional-brasileira-23977614?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=post. Acesso em: 8 set. 2021.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. LVIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2003. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007a. p. 703-710.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. LIX Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2004. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007b. p. 715-721.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. LXI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 2006. *In*: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007c. p. 761-765.

SILVA, Rodolfo Ilário. A Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente: Antecedentes e Evolução da Agenda até a Rio+20. *In*: **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 1, n. 2, jul./dez., 2012. p. 118-139.

SINGER, André; ARAÚJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOARES, Jussara; TRINDADE, Naira. Autor da carta de Bolsonaro, Michel Temer usa episódio para reerguer imagem. **Extra**, Rio de Janeiro, 18 set. 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/autor-da-carta-de-bolsonaro-michel-temer-usa-episodio-para-reerguer-imagem-25203444.html>. Acesso em: 6 out. 2021.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

STRUCK, Jean-Philip. Na ONU, Bolsonaro defende ineficaz "tratamento precoce". **DW Brasil**, Bonn, 21 set. 2021. Disponível em: <https://p.dw.com/p/40btS>. Acesso em: 6 out. 2021.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Cynthia Costa (trad.). Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

TEXTO da Rio+20 causa recuo do líder da ONU e manifesto. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2012. p. H1.

TIMSIT, Annabelle. *Jair Bolsonaro, defiantly unvaccinated, will test U.N. General Assembly's covid 'honor system'*. **The Washington Post**, Washington, 19 set. 2021. Disponível: <https://www.washingtonpost.com/world/2021/09/19/jair-bolsonaro-unga-vaccine-honor-system/>. Acesso em: 5 out. 2021.

TOUEG, Gabriel. *Brazil's Bolsonaro makes election speech, distorts facts in UN address*. **Anadolu Agency**, Ancara, 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/americas/brazil-s-bolsonaro-makes-election-speech-distorts-facts-in-un-address/2371004>. Acesso em: 5 out. 2021.

UM PAÍS em estado de choque. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 12 set. 2001. p. A4.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19**. São Paulo: CEPEDISA/FSP/USP, 2021.

VECCHIO, Victor Del. O universo paralelo de Bolsonaro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 21 set. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-universo-paralelo-de-bolsonaro/>. Acesso em: 5 out. 2021.

VENTURA, Deisy; REIS, Rosana. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. *In: Direitos na pandemia*: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil, São Paulo, n. 10, 2021. p. 6-31. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. e Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa (trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WERNECK, Natasha; ALVES, Rafael; DIAS, Roger. Bolsonaro na ONU: nuvem de palavras compara discursos de 2020 e 2021. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 21 set. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/21/interna_politica,1307592/bols

[onaro-na-onu-nuvem-de-palavras-compara-discursos-de-2020-e-2021.shtml](#). Acesso em: 4 out. 2021.

WORLD Summit Special Report. **TIME**, Nova Iorque, 26 ago. 2002. p. 22.